



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Leonardo Prudente.

SECRETARIA: Deputado Wilson Lima.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 19 minutos.

TÉRMINO: 17 horas e 56 minutos.

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Ilseane Chefe do Setor: Luiz (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Requerimento nº 1.397, de 2009**, do Deputado Raimundo Ribeiro.
- **Requerimentos nºs 1.398 e 1.399, de 2009**, da bancada do PT.
- **Requerimento nº 1.400, de 2009**, da Deputada Erika Kokay.
- **Requerimento nº 1.401, de 2009**, do Deputado Wilson Lima.

Obs.: Os expedientes lidos estão anexos à ata.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

DEPUTADO REGUFFE, em nome do PDT

- Enfoca a apresentação de dois projetos de sua autoria que visam a incentivar a redução do consumo de água e de energia no DF.
- Expõe a proposta de benefício previsto para os consumidores que alcançarem o objetivo esperado.
- Avalia que os projetos são meritórios e advoga a sua discussão pelos Pares.

DEPUTADA ERIKA KOKAY, líder da bancada do PT

- Informa que está agendado para a próxima semana encontro com o Ministro da Controladoria-Geral da União para discutir a investigação de denúncias que envolvem a terceirização do Hospital de Santa Maria.
- Anuncia a apresentação de requerimento de informações sobre a opção tomada pelo GDF de dispensar a licitação antes do parecer da Procuradoria-Geral do DF.
- Indaga a razão pela qual os Centros de Especialidades em Odontologia, que são mantidos com recursos federais, estão sendo descadastrados.
- Critica o precário planejamento de gastos do GDF e enumera exemplos de compromissos assumidos que não foram honrados.

4

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): J. Duarte Chefe do Setor: [assinatura] (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO GERALDO NAVES, líder da bancada do DEM

– Refuta notícia, veiculada pela rádio CBN, de que hoje não haveria sessão plenária na CLDF e reivindica pedido de desculpas.

– Reporta-se ao discurso da Deputada Erika Kokay e argumenta que é necessário verificar se os pagamentos mencionados não deixaram de ser realizados em virtude de problemas na prestação de contas.

– Contesta dados de pesquisa na qual o DEM aparece mal colocado quanto a popularidade.

– Transmite os seus sentimentos à família do falecido motorista do Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES, líder do Bloco Parlamentar Progressista

– Enfatiza que, apesar de questões pontuais de violência urbana, o carnaval em Brasília foi pacífico.

– Cumprimenta o presidente da Brasiliatur, Rôney Nemer, pela organização e transparência com que conduziu os festejos.

– Aborda diversos acontecimentos ligados às festividades.

– Pondera que a presença de parlamentares em blocos carnavalescos é uma forma de prestigiar a população, e não campanha eleitoral antecipada.

– Faz votos de que esse quadro carnavalesco positivo se repita no próximo ano.

DEPUTADO WILSON LIMA, em nome do Bloco Democrático Social Brasileiro

– Solicita a colaboração dos Pares no sentido de aprovar, o mais breve possível, projeto de sua autoria que busca garantir direitos dos consumidores de pacotes turísticos.

– Congratula-se com o Deputado Brunelli pela elaboração de projeto que obriga as empresas a colocarem um selo higiênico em latas de bebidas, para evitar contaminação.

&



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Aplaude o progresso das escolas de samba do DF e parabeniza o Governador Arruda pelo investimento no carnaval.

– Reforça a reivindicação dos presidentes das escolas de samba que defendem a volta dos desfiles para o Plano Piloto no intuito de facilitar o acesso da população.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – PPS

– Felicita o Governo do Distrito Federal pela escolha de Preto Rezende para a coordenação do projeto Tendas Culturais, que tem por escopo levar escolas artísticas às regiões mais carentes do DF.

DEPUTADO GERALDO NAVES – DEM

– Comenta nota veiculada pelo jornalista Cláudio Humberto sobre o esvaziamento do bloco Pacotão.

– Reitera sua crítica à rádio CBN e sustenta que o Poder Legislativo do DF é totalmente diferente do federal.

– Lamenta que pessoas que dependem do Distrito Federal não o defendam.

– Diverge das opiniões do jornalista Alexandre Garcia.

– Questiona se há falha na comunicação da segurança pública, em face das divergências quanto à quantidade de homicídios ocorridos durante o carnaval, divulgadas pela imprensa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – PT

– Concorde com a declaração do Deputado Rogério Ulysses de que o carnaval de Brasília foi bem planejado, sem nenhum incidente grave nos locais de folia, mas ressalva que o mesmo não ocorreu no restante do DF.

– Demonstra satisfação com o fato de o Deputado Geraldo Naves, que é do mesmo partido do Governador e do Vice-Governador, ter criticado a política de segurança pública do DF.

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Quarta

Chefe do Setor: [assinatura] (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Acusa o Governo de desenvolver uma política eleitoreira, que retira policiais da rua para vigiar os postos que estão sendo inaugurados.
- Comunica que apresentará um requerimento solicitando informações sobre as ocorrências policiais que transitam na CIADE – Central Integrada de Atendimento de Emergência, por julgar que o número seja muito maior do que o divulgado.
- Avisa que vai acompanhar as ações do Governo diuturnamente para denunciar as mazelas da segurança pública.

3 ORDEM DO DIA

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **REQUERIMENTO Nº 1.401, DE 2009**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Requer a realização de audiência pública no dia 2 de março de 2009, às 15 horas, para tratar da questão da recuperação, preservação e manutenção do Centro Cultural Itapuã, situado na Praça 1, Cine 1, do Setor Leste do Gama, Região Administrativa do Gama – RA II, a realizar-se no auditório da Administração Regional do Gama". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(2º) **ITEM 6:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.977, DE 2005**, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "Altera o art. 1º da Lei nº 1.723, de 15 de outubro de 1997, que 'Dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no Distrito Federal, e dá outras providências'".

- Parecer do relator da CDDHCEDP, Deputado Bispo Renato Andrade, sobre a subemenda modificativa nº 1: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Rogério Ulysses, sobre a subemenda modificativa nº 1: favorável. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Renato

Chefe do Setor: Li (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

(3º) **ITEM 9:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 411, DE 2007**, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "Institui a política de prevenção e atendimento à gravidez na adolescência no âmbito do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(4º) **ITEM 10:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 483, DE 2007**, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "Dispõe sobre a proibição da queima de restos vegetais e lixo no território do Distrito Federal". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(5º) **ITEM 14:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 720, DE 2008**, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de carros reservas na quantidade de 10% sobre a frota de ônibus de cada cidade do Distrito Federal para troca imediata quando ocorrer qualquer quebra em perímetro urbano e dá outras providências". **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(6º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 1.798, DE 2005**, de autoria do Deputado Brunelli, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares". **CONCEDIDA VISTA** à Deputada Erika Kokay.

(7º) **ITEM 8:** Discussão e votação, em 1º turno, do **PROJETO DE LEI Nº 251, DE 2007**, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que "Institui o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano".

– Parecer da relatora da CES, Deputada Eurides Brito, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

↓

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Quarta

Chefe do Setor: [Assinatura] (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Rogério Ulysses, favorável ao projeto. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **NÃO HOUVE QUORUM PARA DELIBERAÇÃO.**

4 GRANDE EXPEDIENTE

DEPUTADO MILTON BARBOSA – PSDB

- Apregoa que a atual Mesa Diretora tem o objetivo de melhorar a imagem da Casa com ações positivas, como o corte de gastos.
- Recomenda a divulgação das despesas da CLDF na Internet.
- Acredita que a Mesa vai tratar, de forma aberta, questões cruciais: o aumento dos servidores e as resoluções consideradas inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça do DF e dos Territórios.
- Discorre a respeito da construção da nova sede da Câmara Legislativa.
- Agradece a oportunidade de falar durante o Grande Expediente.

5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Leonardo Prudente):

- Lê o art. 111 do Regimento Interno da CLDF e adverte que, a partir da próxima terça-feira, dia 3 de março, a Presidência observará rigorosamente o tempo destinado a comunicados pelo texto regimental e será menos tolerante no tocante a apartes e questões de ordem.
- Anuncia que a Presidência irá encaminhar ao Ministério Público e disponibilizar pela Internet aos interessados a redação final do PDOT, com seus anexos e mapas, tão logo a receba.

↓

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Prudente Chefe do Setor: Li/SR/Tof



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

6 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Leonardo Prudente):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.



Primeiro Secretário

**Documentos lidos na 10ª Sessão Ordinária,
de 26 de fevereiro de 2009**

ATA SUCINTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

Revisor(a): Prudente Chefe do Setas: li (Li/SR/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

LIDO

Em 26 / 02 / 2009

Costa
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI Nº... PL 1141/2009
(Do Sr. Deputado REGUFFE)

Dispõe sobre o incentivo à redução do consumo de água no Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Todos os titulares de unidades consumidoras de água, seja residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de água, terão direito a um bônus-desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada.

Parágrafo único. A economia será calculada tomando por base o consumo de água registrado no mesmo mês do ano anterior.

Art. 2º A CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal informará aos consumidores o consumo registrado no mesmo mês do ano anterior, bem como lançará diretamente na fatura o desconto mencionado no art. 1º desta lei.

Art. 3º A CAESB fará constar da fatura mensal de água de todos os consumidores do Distrito Federal os seguintes dizeres: "O CONSUMIDOR QUE REDUZIR O CONSUMO DE ÁGUA EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR TERÁ DIREITO A UM BÔNUS-DESCONTO DE 20% SOBRE A ECONOMIA EFETIVAMENTE REALIZADA. PORTANTO, ALÉM DE PAGAR MENOS POR TER CONSUMIDO MENOS, O CONSUMIDOR AINDA TERÁ UM BÔNUS-DESCONTO DE MAIS 20% SOBRE O QUE ECONOMIZOU. USE RACIONALMENTE A ÁGUA. É UM RECURSO NATURAL NÃO RENOVÁVEL. O MEIO AMBIENTE AGRADECE."

Art. 4º Em caso de descumprimento da presente lei a CAESB será obrigada a conceder ao consumidor lesado o dobro do desconto previsto por esta lei.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO PROT. 19-fev-2009 17:27



Z

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A água é um recurso natural não renovável de importância indiscutível para a sobrevivência do ser humano e de todas as espécies vivas e, nos últimos tempos, tem me preocupado muito a sua escassez. Diante dessa realidade, tenho acompanhado com atenção os muitos debates sobre a economia e o consumo consciente deste recurso natural precioso para a vida na Terra.

Neste sentido, com o intuito de colaborar para a preservação da água, apresentei o presente projeto de lei que estimula a redução do consumo e a utilização consciente da água no Distrito Federal. Para isso, quem consumir menos água tomando por base o mesmo mês do ano anterior, além da economia, terá um desconto de 20% sobre a economia realizada. Esse desconto será lançado diretamente na fatura.

Exemplifico.

Exemplo 1: o consumidor que utilizou 300 m³ (trezentos metros cúbicos) em setembro de 2008 e, em setembro de 2009, consumir apenas 200 m³, terá direito a um desconto de 20% sobre o valor dos 100 m³ economizados.

Exemplo 2: em outubro de 2008 um consumidor pagou R\$ 200,00 de conta de água e, em outubro de 2009, economizou R\$ 100,00. A sua conta de água será de R\$ 80,00, pois, além da economia de R\$ 100,00, ele terá direito a 20% de desconto sobre os cem reais economizados.



3

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

No que tange aos aspectos jurídicos da proposição, colacionamos abaixo um sóbrio julgado do Superior Tribunal de Justiça, sanando algumas eventuais dúvidas e questionamentos.

RMS 13084 / CE
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
2001/0047579-5

Relator(a)

Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Órgão Julgador

T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento

28/05/2002

Data da Publicação/Fonte

DJ 01/07/2002 p. 214

Ementa

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. INSURGÊNCIA CONTRA ATO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. SANÇÃO DE LEI DE EFEITOS CONCRETOS. TRANSPORTE INTERURBANO. CONCESSÃO DE GRATUIDADE NA PASSAGEM DE ÔNIBUS PARA DEFICIENTES FÍSICOS POBRES. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. DIREITO HUMANO E DEMOCRÁTICO, JUSTO E LEGÍTIMO, CONFORME OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.

1. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança contra acórdão que entendeu constitucional a Lei do Estado do Ceará nº 12.568/1996 que isentou os deficientes físicos do pagamento de tarifas para o uso de ônibus de empresa permissionária de serviço regular comum intermunicipal.
2. Os Estados-Membros devem obrigatoriamente seguir as linhas fundamentais do processo legislativo federal, notadamente no que concerne à iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
3. As leis que dispõem sobre serviços públicos, à exceção daqueles dos Territórios, no âmbito da União, são de iniciativa concorrente. Não há qualquer vício procedimental se o processo legislativo que culminou na edição da Lei do Estado do Ceará nº 12.568/1996, foi deflagrado por iniciativa de Deputado Estadual.
4. O tratamento diferenciado dispensado aos deficientes físicos configura princípio constitucional que procura, por meio de tratamento distinto, promover-lhes a integração na sociedade. O princípio da isonomia, ao invés de ser infringido, é prestigiado, conforme os postulados da igualdade material que atualmente consubstancia.
5. No sopesamento de valores, diante do caso concreto, o princípio do amparo aos deficientes físicos prevalece sobre o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, consoante os ditames da proporcionalidade.
6. A Lei Estadual nº 12.568, de 03/04/1996, prima por expressar um direito humano e democrático, justo e legítimo, conforme os preceitos constitucionais.
7. Ausência de direito líquido e certo.
8. Recurso não provido.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

Enfatizo que a água é um bem público de uso comum do povo, administrado pelo Estado a quem cabe a guarda, o zelo e a gestão responsável dos recursos naturais.

Portanto, o desconto na conta de água, além de ser medida eficiente no combate ao desperdício e na preservação deste precioso recurso natural, premia o cidadão que, imbuído de espírito público e preocupação com o meio ambiente, consome a água com parcimônia e responsabilidade.

Em razão de todo o exposto, conclamo os parlamentares a votarmos e aprovarmos o projeto de lei sob comento.

Sala das sessões, ...

Deputado REGUFFE
PDT/DF



5

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

LIDO
Em 26 / 02 / 2009
Costa
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI Nº... PL 1142/2009
(Do Sr. Deputado REGUFFE)

Dispõe sobre o incentivo à redução do consumo de energia no Distrito Federal e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Todos os titulares de unidades de consumidoras de energia, seja residencial, comercial ou industrial, que reduzirem o consumo de energia elétrica, terão direito a um bônus-desconto de 20% (vinte por cento) sobre a economia realizada.

Parágrafo único. A economia será calculada tomando por base o consumo de energia registrado no mesmo mês do ano anterior.

Art. 2º A CEB – Companhia Energética de Brasília informará aos consumidores o consumo registrado no mesmo mês do ano anterior, bem como lançará diretamente na fatura o desconto mencionado no art. 1º desta lei.

Art. 3º A CEB fará constar da fatura mensal de energia de todos os consumidores do Distrito Federal os seguintes dizeres: "O CONSUMIDOR QUE REDUZIR O CONSUMO DE ENERGIA EM RELAÇÃO AO MESMO MÊS DO ANO ANTERIOR TERÁ DIREITO A UM BÔNUS-DESCONTO DE 20% SOBRE A ECONOMIA EFETIVAMENTE REALIZADA. PORTANTO, ALÉM DE PAGAR MENOS POR TER CONSUMIDO MENOS, O CONSUMIDOR AINDA TERÁ UM BÔNUS-DESCONTO DE MAIS 20% SOBRE O QUE ECONOMIZOU. USE RACIONALMENTE A ENERGIA ELÉTRICA. O MEIO AMBIENTE AGRADECE."

Art. 4º Em caso de descumprimento da presente lei a CEB será obrigada a conceder ao consumidor lesado o dobro do desconto previsto por esta lei.



6

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de trinta dias de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto é apresentado como parte de um conjunto de ações destinadas à preservação do meio ambiente e à utilização consciente e racional dos recursos naturais, além da energia elétrica. Busca-se tal objetivo por meio do incentivo direto aos consumidores, assim concebido: quem consumir menos energia elétrica que o mesmo mês do ano anterior, além da economia que realizou, terá um desconto de 20% sobre a economia realizada. Esse desconto será lançado diretamente na fatura. Portanto, os consumidores certamente experimentarão uma redução sensível nos seus custos com energia elétrica.

Entendemos que tais medidas são realmente eficazes na redução do consumo de energia elétrica, afastando-se cada vez mais os riscos atuais e futuros de um apagão energético no Brasil. Não olvidemos o "apagão elétrico" por que passou o Brasil em 2001 e 2002, quando o país teve que cortar urgentemente 20% de toda a energia consumida.

No que tange aos aspectos jurídicos da proposição, colacionamos a seguir um sóbrio julgado do Superior Tribunal de Justiça, sanando algumas eventuais dúvidas e questionamentos.



4

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

RMS 13084 / CE
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA
2001/0047579-5

Relator(a)

Ministro JOSÉ DELGADO (1105)

Órgão Julgador

T1 - PRIMEIRA TURMA

Data do Julgamento

28/05/2002

Data da Publicação/Fonte

DJ 01/07/2002 p. 214

Ementa

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. INSURGÊNCIA CONTRA ATO DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. SANÇÃO DE LEI DE EFEITOS CONCRETOS. TRANSPORTE INTERURBANO. CONCESSÃO DE GRATUIDADE NA PASSAGEM DE ÔNIBUS PARA DEFICIENTES FÍSICOS POBRES. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO AO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. DIREITO HUMANO E DEMOCRÁTICO, JUSTO E LEGÍTIMO, CONFORME OS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS.

1. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança contra acórdão que entendeu constitucional a Lei do Estado do Ceará nº 12.568/1996 que isentou os deficientes físicos do pagamento de tarifas para o uso de ônibus de empresa permissionária de serviço regular comum intermunicipal.
2. Os Estados-Membros devem obrigatoriamente seguir as linhas fundamentais do processo legislativo federal, notadamente no que concerne à iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo.
3. As leis que dispõem sobre serviços públicos, à exceção daqueles dos Territórios, no âmbito da União, são de iniciativa concorrente. Não há qualquer vício procedimental se o processo legislativo que culminou na edição da Lei do Estado do Ceará nº 12.568/1996, foi deflagrado por iniciativa de Deputado Estadual.
4. O tratamento diferenciado dispensado aos deficientes físicos configura princípio constitucional que procura, por meio de tratamento distinto, promover-lhes a integração na sociedade. O princípio da isonomia, ao invés de ser infringido, é prestigiado, conforme os postulados da igualdade material que atualmente consubstancia.
5. No sopesamento de valores, diante do caso concreto, o princípio do amparo aos deficientes físicos prevalece sobre o princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, consoante os ditames da proporcionalidade.
6. A Lei Estadual nº 12.568, de 03/04/1996, prima por expressar um direito humano e democrático, justo e legítimo, conforme os preceitos constitucionais.
7. Ausência de direito líquido e certo.
8. Recurso não provido.

Portanto, o desconto na conta de energia elétrica, além de ser medida eficiente no combate ao desperdício, premia o cidadão que, imbuído de espírito público e preocupação com o meio ambiente, consome a energia elétrica com parcimônia e responsabilidade.



8

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO REGUFFE

Em razão de todo o exposto, conclamo os nobres parlamentares a aprovarmos o projeto de lei sob comento.

Sala das sessões, ...

Deputado REGUFFE
PDT/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

9
LIDO
Em 26 / 02 / 2009
Pista
Assessoria de Plenário

PROJETO DE LEI Nº PL 1143 / 2009
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa)

Dispõe sobre a inclusão da Via Sacra dos Surdos no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica incluída no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, a Via Sacra dos Surdos, evento de caráter religioso e cultural, realizado anualmente, durante a Semana Santa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A idéia de realizar a Via Sacra com surdos surgiu pela necessidade dos próprios deficientes auditivos de divulgação da Palavra de Deus. A preparação da encenação mobiliza centenas de pessoas e atrai atenção do Distrito Federal.

No ano de 2009 o evento ocorrerá no Instituto Nossa Senhora do Brasil, localizado na 914 Sul, e contará com o apoio do Grupo Via Sacra ao Vivo de Planaltina.

O espetáculo que têm o objetivo de estimular, encorajar e reforçar a comunicação, participação, iniciativa e o desempenho do portador de deficiência auditiva, conta com aproximadamente 70 atores. Além disso, é voltado especialmente para os deficientes auditivos, levando em conta suas limitações e permitindo as manifestações espontâneas das diferenças, que não os tornam inferiores ou menos capazes, mas apenas diferentes, como todos os seres humanos são.

É de se ressaltar que a encenação se distingue dos demais espetáculos realizadas no Distrito Federal, justamente por ser a única voltada para o público deficiente auditivo, com o compromisso da evangelização e inclusão social de forma eficaz, com prática voltada para a realidade dos surdos.

ASSESSORIA DE PLENARIO
Recebi em 19/01/2009
<i>Aty</i>
Assinatura
1069434
Matrícula



10

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

A sociedade está despertando para a necessidade de reconhecer no surdo um ser humano, com potencialidades a serem desenvolvidas e, acima de tudo, alguém que merece igualdade de condições para ser um cidadão ativo da comunidade. Assim, devemos ter a consciência da responsabilidade na inserção do deficiente auditivo no meio social.

A dificuldade de comunicação e o preconceito da sociedade acabam afastando milhares de brasileiros do convívio social e das oportunidades de educação, lazer, cultura e trabalho.

Além de vivenciar momento marcante da fé cristã, a Via Sacra dos Surdos contribui para o desenvolvimento do deficiente e do teatro na cultura popular, despertando a população para necessidade da superação de preconceitos.

A Via Sacra dos Surdos é orgulho para o Distrito Federal e merece o reconhecimento desta Casa, como legítima representante da população do Distrito Federal.

Diante da importância que se reveste a matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em



Deputada ELIANA PEDROSA
DEM



11
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

LIDO
Em 26/02/2009

Eliana Pedrosa
a da Plenário

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Da Senhora Deputada Eliana Pedrosa) PDL 285/2009

**Concede o Título de Cidadão
Honorário de Brasília ao Senhor
Paulo Marcelo Gehm Hoff.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Paulo Marcelo Gehm Hoff.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Paulo Marcelo Gehm Hoff nasceu em 1968, na Cidade de Paranavaí (PR), onde seu pai, farmacêutico, era proprietário de laboratório de análises clínicas e desde a infância acostumou-se a ir ao laboratório e acompanhar a rotina, além de acompanhar seu pai em visitas ao hospital. Após a morte de seu avô paterno, causada por um câncer de pâncreas, a família mudou-se para o Rio Grande do Sul.

No início dos anos 80, a família veio para Brasília, onde Paulo cursou o último ano do segundo grau, em apenas seis meses, no Colégio Objetivo. Em 1985, aos 16 anos, prestou cinco vestibulares, sendo aprovado em todos, optando por cursar medicina na Universidade de Brasília – UnB, sempre considerado como grande colaborador e um dos melhores alunos de sua turma.

No sexto ano da faculdade, ganhou bolsa para estudar na Universidade de Miami, onde também fez residência médica. Da Universidade de Miami saiu direto para o M.D. Anderson, em Houston, no Texas, o principal hospital para tratamento e pesquisas em câncer do Ocidente, onde fez especialização. Hoff se tornou professor e médico titular do M.D. Anderson (algo raro para estrangeiros), foi eleito professor do ano do hospital em 2000 e escreveu mais de 40 artigos originais e 25 capítulos sobre o câncer, incluindo dois do livro *Principles and practice of oncology*, a bíblia dos oncologistas.

Em 2001 retornou ao Brasil para coordenar o Núcleo de Estudos Clínicos em Câncer (NECC) do Hospital Israelita Albert Einstein, em São Paulo. Em 2003 retornou para Houston e assumiu o cargo de Vice-Chefe do Departamento de Oncologia e Coordenador de Pesquisa Clínica. Assumiu ainda, o cargo de Coordenador de Pesquisa em Câncer Colorretal do grupo cooperativo Southwest Oncology Group (SWOG), que liderou entre 2003 e 2006.

ASSESSORIA DE LEGISLAÇÃO
Rec. nº 19/01 de 02
1069134
Márcia
P.S. nº 3



12

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa

Em 2006 voltou com a família ao Brasil e assumiu o cargo de Diretor Clínico da Oncologia no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Logo no primeiro ano de sua gestão, houve aumento de mais de 30% no número de pacientes atendidos.

Em 2008 assumiu o cargo de Diretor Clínico da Oncologia do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo "Otavio Frias de Oliveira" e a instituição já se firma como centro de referência no tratamento do câncer. Além disso, reorganizou a parte educacional tanto na área da graduação, como da pós-graduação.

Filho de casal gaúcho que reside em Brasília, casado e pai de três filhas, Paulo Marcelo Hoff saiu desta Capital e em pouquíssimo tempo conquistou espaços inacreditáveis no panorama internacional.

O jovem médico é orgulho para Brasília e por ter levado o nome da nossa cidade para o cenário mundial, merece o título e o reconhecimento desta Casa, como legítima representante da população do Distrito Federal.

Diante da importância que se reveste a matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em


Deputada ELIANA PEDROSA
DEM



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS PRP

13

LIDO
Em 26/02/2009
Estevão
Assessoria de Plenário

IND 6232/2009

INDICAÇÃO N.º
(Autor: Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

*Solicita a Secretaria de Estado
de Obras do Distrito Federal a iluminação da
quadra esportiva da Quadra 101 do Recanto
das Emas, RA XV.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fulcro no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para sugerir a Secretaria de Estado de Obras do Distrito Federal a iluminação da quadra esportiva da Quadra 101, em frente ao Colégio, no Recanto das Emas, RA XV.

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade do Recanto das Emas, principalmente os moradores e freqüentadores das Quadras 101, 102, 201 e 202, reivindicam a iluminação pública com refletores, da quadra de esportes localizado em frente ao colégio da Quadra 101. A iluminação pública da quadra esportiva daquela localidade, proporcionará às crianças, os jovens e os adultos praticarem esportes, de forma saudável e segura. A reforma pretendida seria de pequena monta, mas causaria grande satisfação na comunidade. Trata-se de justa reivindicação que apoiamos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em _____ de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP

J. 16/06/05



14
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

LIDO
Em 26 / 02 / 2009
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6233/2009

Solicita a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda a adoção de ações sociais para a inclusão social através da música de bandas e fanfarras.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda a adoção de ações sociais para a inclusão social através da música de bandas e fanfarras.

JUSTIFICAÇÃO

A experiência sócio-educativa da inclusão social de crianças e adolescentes através da música de bandas e fanfarras tem-se demonstrado muito eficaz no Recanto das Emas. A iniciativa isolada de um professor vem fazendo história. Assim, queremos que esse exemplo prospere e se irradie para outras cidades, reunindo grupos de crianças e adolescentes que encontram nessa atividade uma alternativa educativa e formadora de cidadania.

Assim, visando auxiliar no apoio a essas atividades sócio-educativas, incluí emenda ao Orçamento do Distrito Federal para 2009, no valor de R\$ 300.000,00, na atividade: 17902.08.243.1461.6359.20139, do orçamento dessa Secretaria.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.

216985



15

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

LIDO
Em 26/02/09
Batista
Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N.º **IND 6234/2009**
(Do Deputado **BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP**)

*Solicita a Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Transferência
de Renda a concessão de assistência às
mulheres gestantes.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda a concessão de assistência social comunitária às mulheres gestantes, com a concessão de enxovais.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos programas de maior valia para as mulheres gestantes é desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, qual seja, a concessão de enxovais. Muitas vezes a mulher vai para a maternidade e não tem sequer uma roupa para o seu bebê recém nascido. Temos consciência disso e temos assistido casos como esse. Por essa razão, efetuamos reforço na dotação do orçamento que consigna recursos para tal programa.

Assim, visando auxiliar no apoio a essa assistência, incluí emenda ao Orçamento do Distrito Federal para 2009, no valor de R\$ 200.000,00, na atividade: 17101.08.244.1464.2094.7887, do orçamento dessa Secretaria.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



16
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

LIDO
Em 26 / 02 / 09
Assessoria de Plenár

IND 6235/2009
INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

*Solicita a Secretaria de Estado de
Desenvolvimento Social e Transferência
de Renda a concessão de complementação
alimentar para mulheres gestantes.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda a concessão de complementação alimentar para mulheres gestantes.

JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de programa da maior relevância para as mulheres gestantes essa ação social e de segurança alimentar que é desenvolvida pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, qual seja, a concessão de complementação alimentar. A alimentação regular e com ingredientes corretos em muito ajudará na formação de uma criança saudável e na proteção de sua mãe. Muitas são as mulheres gestantes que necessitam dessa ajuda. Por essa razão, efetuamos reforço na dotação do orçamento que consigna recursos para tal programa.

Assim, visando auxiliar no apoio a essa assistência, incluí emenda ao Orçamento do Distrito Federal para 2009, no valor de R\$ 200.000,00, na atividade: 17101.08.306.1464.2094.7886, do orçamento dessa Secretaria.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6236/2009

Solicita a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o apoio a atividades e eventos sociais do Centro de Convivência do Idoso do Recanto das Emas.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o apoio a atividades e eventos sociais do Centro de Convivência do Idoso do Recanto das Emas.

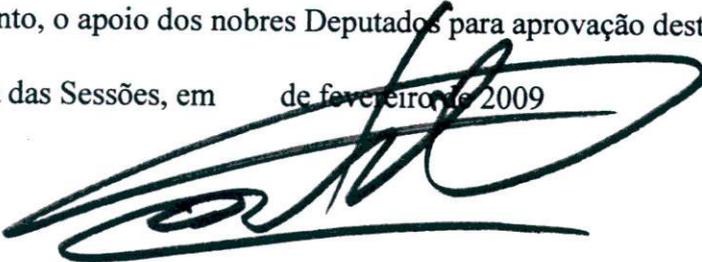
JUSTIFICAÇÃO

O Centro de Convivência do Idoso do Recanto das Emas desenvolve importante função social para os idosos daquela cidade. No entanto, tem muitas carências e dificuldades para o seu funcionamento com adequada eficiência. Uma ajuda indispensável seria dada pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda no apoio às atividades sociais e eventos programados.

Assim, visando auxiliar no apoio a essas atividades sociais, inclui emenda ao Orçamento do Distrito Federal para 2009, no valor de R\$ 50.000,00, na atividade: 17101.08.244.1461.6359.20145, do orçamento dessa Secretaria.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em _____ de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6237/2009

*Solicita a Secretaria de Estado de
Cultura o apoio para realização da Festa
de São Jorge e Santo Expedito.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar a Secretaria de Estado de Cultura o apoio para realização da Festa de São Jorge e Santo Expedito, incluída no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal, através da Lei n.º 4.298, de 16/01/09.

JUSTIFICAÇÃO

A Festa de São Jorge e Santo Expedito é realizada anualmente praticamente sem o apoio de organismos ou verbas governamentais. Recentemente foi aprovada a Lei n.º 4298, de 16/01/09, incluindo essa festa religiosa no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal. Trata-se de evento de origem popular com amparo da Igreja. Seria indispensável contar com o apoio dessa Secretaria de modo a viabilizar a realização da referida festa.

Para esse fim, visando auxiliar no apoio a esse evento, incluí emenda ao Orçamento do Distrito Federal para 2009, no valor de R\$ 100.000,00, na atividade: 16903.13.392.1300.2007.20141, do orçamento dessa Secretaria.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6238 / 2009

*Sugere ao Chefe do Poder
Executivo do Distrito Federal a instalação
de posto do "NA HORA" na Região
Administrativa de Águas Claras.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal a instalação de posto do "NA HORA" na Região Administrativa de Águas Claras.

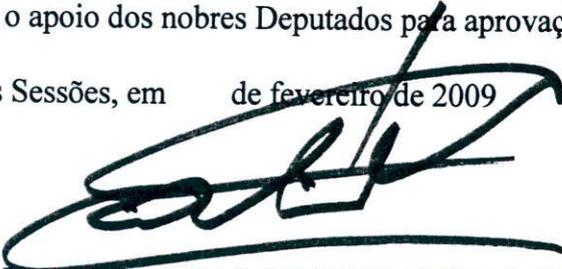
JUSTIFICAÇÃO

A população de Águas Claras, estimada em 70.000 habitantes, encontra-se em constante evolução, e deverá chegar, nos próximos cinco anos, a mais de 120.000 moradores. Reivindica aquela comunidade a instalação de posto do NA HORA naquela Região Administrativa. Esse posto poderia atender, ainda, grande parte da população do AREAL, Guará, Vicente Pires e outras cidades da redondeza. Trata-se de pleito que visa o acesso a diversos órgãos do governo com maior agilidade e menor custo de deslocamento, que, sem dúvida, aproximará o cidadão do Poder Público. Entendemos que com isso estaremos dando dignidade ao cidadão, ao aumentar os serviços públicos à sua disposição, mais próximo de casa.

Atualmente somente as populações de Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e os usuários da Estação Rodoviária, no Plano Piloto, contam com esses serviços descentralizados. O NA HORA da Rodoviária presta em média, por mês, cerca de 60.000 atendimentos. Esse número por si só já justificaria a descentralização do atendimento para outras cidades, mas temos certeza que, com a abertura de novos postos, haverá aumento dos serviços descentralizados, desobstruindo os órgãos e entidades públicos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em _____ de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



IND 6239/2009
INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

*Sugere ao Chefe do Poder
Executivo do Distrito Federal a instalação
de posto do "NA HORA" na Região
Administrativa de Santa Maria.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal a instalação de posto do "NA HORA" na Região Administrativa de Santa Maria.

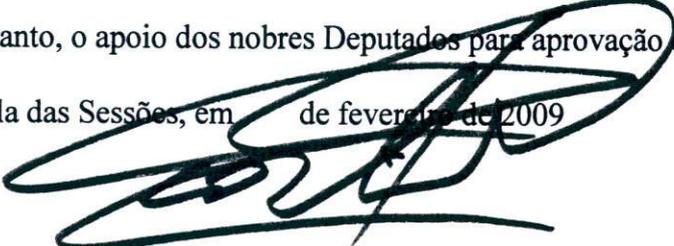
JUSTIFICAÇÃO

A população de Santa Maria, estimada em 110.000 habitantes, reivindica a instalação de posto do NA HORA naquela Região Administrativa. Trata-se de pleito que visa o acesso a diversos órgãos do governo com maior agilidade e menor custo de deslocamento, que, sem dúvida, aproximará o cidadão do Poder Público. Entendemos que com isso estaremos dando dignidade ao cidadão, ao aumentar os serviços à sua disposição, mais próximo de casa. Alguns serviços prestados no NA HORA poderão ser utilizados pela população do Entorno Sul do DF, como as comunidades do Pedregal, novo Gama, Céu Azul, etc.

Atualmente somente as populações de Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e os usuários da Estação Rodoviária, no Plano Piloto, contam com esses serviços descentralizados. O NA HORA da Rodoviária presta em média, por mês, cerca de 60.000 atendimentos. Esse número por si só já justificaria a descentralização do atendimento para outras cidades, mas temos certeza que, com a abertura de novos postos, haverá aumento dos serviços descentralizados, desobstruindo os órgãos e entidades públicos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em _____ de fevereiro de 2009


Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.



21

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

LIDO
Em 26 / 02 / 09
Batista
Assessoria da Plenária

INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6240/2009

*Sugere ao Chefe do Poder
Executivo do Distrito Federal a instalação
de posto do "NA HORA" na Região
Administrativa de Samambaia.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal a instalação de posto do "NA HORA" na Região Administrativa de Samambaia.

JUSTIFICAÇÃO

A população de Samambaia, estimada em 180.000 habitantes, reivindica a instalação de posto do NA HORA naquela Região Administrativa. Trata-se de pleito que visa o acesso a diversos órgãos do governo com maior agilidade e menor custo de deslocamento, que, sem dúvida, aproximará o cidadão do Poder Público. Entendemos que com isso estaremos dando dignidade ao cidadão, ao aumentar os serviços à sua disposição, mais próximo de casa.

Atualmente somente as populações de Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e os usuários da Estação Rodoviária, no Plano Piloto, contam com esses serviços descentralizados. O NA HORA da Rodoviária presta em média, por mês, cerca de 60.000 atendimentos. Esse número por si só já justificaria a descentralização do atendimento para outras cidades, mas temos certeza que, com a abertura de novos postos, haverá aumento dos serviços descentralizados, desobstruindo os órgãos e entidades públicos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009


Deputado **BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.**

ASSESSORIA DE PLENÁRIA PROT. 20-Fev-2009 16:18



22

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

CIDO

Em 26 / 02 / 2009

Assessoria de Plenário

INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

IND 6241/2009

*Sugere ao Chefe do Poder
Executivo do Distrito Federal a instalação
de posto do "NA HORA" na Região
Administrativa do Recanto das Emas.*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal a instalação de posto do "NA HORA" na Região Administrativa do Recanto das Emas.

JUSTIFICAÇÃO

A população do Recanto das Emas, estimada em 130.000 habitantes, reivindica a instalação de posto do NA HORA naquela Região Administrativa. Some-se a essa população a do Riacho Fundo II, de aproximadamente 50.000 moradores. Trata-se de pleito que visa o acesso a diversos órgãos do governo com maior agilidade e menor custo de deslocamento, que, sem dúvida, aproximará o cidadão do Poder Público. Entendemos que com isso estaremos dando dignidade ao cidadão, ao aumentar os serviços à sua disposição, mais próximo de casa.

Atualmente somente as populações de Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e os usuários da Estação Rodoviária, no Plano Piloto, contam com esses serviços descentralizados. O NA HORA da Rodoviária presta em média, por mês, cerca de 60.000 atendimentos. Esse número por si só já justificaria a descentralização do atendimento para outras cidades, mas temos certeza que, com a abertura de novos postos, haverá aumento dos serviços descentralizados, desobstruindo os órgãos e entidades públicos.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO PROT. 20-Fev-2009 16:18



23
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS

LIDO
Em 26 / 02 / 09
Assessoria de Plenário

IND 6242 / 2009
INDICAÇÃO N.º
(Do Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP)

*Sugere ao Chefe do Poder
Executivo do Distrito Federal a inclusão
dos serviços de registro de empresas nos
postos do "NA HORA".*

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 143 do Regimento Interno desta Casa, solicito a manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante a aprovação desta "INDICAÇÃO", para solicitar ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal a inclusão dos serviços de registro de empresas, especialmente relativos a abertura de empresas, nos postos do "NA HORA".

JUSTIFICAÇÃO

Os postos do NA HORA colocam à disposição dos cidadãos do Distrito Federal diversos serviços públicos, dentre esses alguns do INSS, da Secretaria de Fazenda e da Receita Federal. Os serviços de registro de empresas é realizado pela Junta Comercial do DF, localizado no Setor de Autarquias Sul. Em muitas Unidades da Federação esses serviços são descentralizados, facilitando a vida dos usuários.

Assim, com as instalações dos postos do NA HORA, poderíamos incluir, também, o registro de empresas, pelo menos quanto a abertura de empresas, contando com a participação da Junta Comercial, do INSS, da Receita Federal e da Secretaria de Fazenda. Com isso, haveria um estímulo à legalização de empresas que, devido à burocracia, hoje atuam na informalidade.

Peço, portanto, o apoio dos nobres Deputados para aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009

Deputado BATISTA DAS COOPERATIVAS, PRP.

ASSESSORIA DE PLENÁRIO PROT. 20-Fev-2009 16:18



24
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº RQ 1397/2009
(Do Deputado Raimundo Ribeiro)

LIDO
Em 26/02/2009
[Assinatura]
Assessoria de Plenário

Requer a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei nº 144, de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com fundamento no *caput* e inciso II do art. 175 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a Vossa Excelência que declare a prejudicialidade do Projeto de Lei nº. 144, de 2007.

JUSTIFICAÇÃO

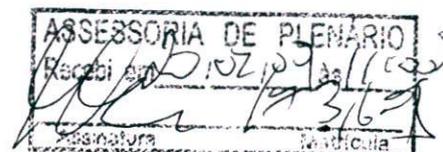
O Projeto de Lei em tela tem o mesmo teor do PL nº. 268, de 2003, de autoria do Deputado Chico Floresta.

Tendo sido aprovado nesta Comissão de Assuntos Sociais em dezembro de 2004, o PL nº 268/04 foi enviado à Comissão de Orçamento e Finança, onde aguarda parecer do relator, em 28 de agosto de 2007, conforme boletim anexo.

Tendo em vista a continuidade da tramitação do PL nº 268/04, consideramos prejudicada a apresentação de matéria semelhante, o que representa desperdício processual.

Sala das Sessões, de de 2009

[Assinatura]
Deputado Raimundo Ribeiro





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Liderança do PT

25

LIDO

REQUERIMENTO Nº
(Da Bancada do Partido dos Trabalhadores)

RQ 1398/2009

Em 26/02/2009

Assessoria de Plenário

Requer a realização de audiência pública no Plenário desta Casa, em data a ser oportunamente acertada, para debater a questão relacionada ao preconceito e a discriminação em escolas públicas do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nos arts. 85, 239, 240 e 241 do Regimento Interno desta Casa, vimos requerer a realização de Audiência Pública no Plenário desta Casa, em data a ser oportunamente acertada, para debater a questão relacionada ao preconceito e a discriminação em escolas públicas do Distrito Federal.

Propomos que sejam convidados para participarem da Audiência Pública os representantes dos seguintes órgãos e entidades, além de outras que serão oportunamente indicadas:

1. Representante da Secretaria de Estado de Educação DF;
2. Representante da Promotoria de Educação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
3. Representante do Sindicato dos Professores;
4. A Diretora do Centro Interescolar de Línguas de Brazlândia;
5. Representante da CUT-DF.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo noticiado pelos meios de comunicação, um Professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, contratado sob regime temporário, foi demitido após usar em aula música que cita beijo lésbico.

O professor Márcio Barrios alega que a Direção do Centro Interescolar de Línguas teria vetado a música pois a letra aborda a homossexualidade.

O caso veio à tona agora porque o professor teve negada a renovação de seu contrato de trabalho junto à Secretaria de Estado de Educação do DF

A polêmica começou quando a coordenação pedagógica soube que a canção seria mostrada aos alunos e pediu ao professor que a trocasse.

O professor diz também que era alvo de discriminação por ser homossexual.

ASSESSORIA DE PLENARIO PROJETO FEVER-2009 10/26

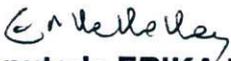


26

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PT

É preciso democratizar e qualificar a discussão em torno da questão do preconceito e da discriminação em estabelecimentos de ensino, razão pela qual conclamamos os nobres pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2009


Deputada ERIKA KOKAY
Líder da Bancada do PT


Deputado CHICO LEITE
2º Vice-Líder

Deputado CABO PATRÍCIO
1ª Vice-Líder


Deputado PAULO TADEU
Presidente da CAS



28
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Liderança do PT

REQUERIMENTO Nº
(Da Bancada do Partido dos Trabalhadores)

RQ 1399/2009

LIDO

Em 26/02/2009

Costa
Assessoria de Plenário

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal sobre a questão de preconceito e discriminação que atingiu o Professor Marcio Barros.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento nos arts. 155 e 60, inciso XXXIII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e nos arts. 15, inciso III e 40, do Regimento Interno, solicitamos o encaminhamento do presente Requerimento ao Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal, para que nos sejam prestadas as seguintes informações acerca da questão de preconceito e discriminação que teria atingido o Professor Marcio Barros no Centro Interescolar de Línguas de Brazlândia, estabelecimento de ensino público do Distrito Federal:

- razões que levaram a Secretaria de Estado de Educação a não renovar contrato de trabalho do citado profissional;
- qual o tratamento que é dado aos servidores e alunos na questão da orientação sexual;
- cópia de inteiro teor do processo que originou a contratação do referido Professor, com suas avaliações de desempenho e pedagógicas.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo noticiado pelos meios de comunicação, um Professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, contratado sob regime temporário, foi demitido após usar em aula música que cita beijo lésbico.

O professor Márcio Barrios alega que a Direção do Centro Interescolar de Línguas, onde trabalhava, teria vetado a música pois a letra aborda a homossexualidade.

O caso veio à tona agora porque o professor teve negada a renovação de seu contrato de trabalho junto à Secretaria de Estado de Educação do DF.

A polêmica começou quando a coordenação pedagógica soube que a canção seria mostrada aos alunos e pediu ao professor que a trocasse. Como o Professor não teria acatado a orientação, a Secretaria de Estado de Educação abriu sindicância e não renovou o seu contrato de trabalho.

[Handwritten signature]



28

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete da Liderança do PT

O professor diz também que era alvo de discriminação por ser homossexual.

] Esta Casa Legislativa, por sua natureza plural e democrática e dentro do seu papel fiscalizador, não pode ficar alheia a este fato que, se confirmado, é grave, porque caracteriza preconceito e discriminação.

É preciso democratizar e qualificar a discussão em torno da questão do preconceito e da discriminação em estabelecimentos de ensino, razão pela qual conclamamos os nobres pares a aprovarem o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de de 2009


Deputada ERIKA KOKAY
Líder da Bancada do PT


Deputado CHICO LEITE
2º Vice-Líder

Deputado CABO PATRÍCIO
1ª Vice-Líder


Deputado PAULO TADEU
Presidente da CAS



29
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Requerimento nº **RQ 1400/2009**

(Da Deputada Erika Kokay)

C I D O

Em 26/02/2009

Está

Assessoria de Plenário

Requer o encaminhamento de pedido
Informação ao Exmo. Sr. Secretário de
Estado de Saúde do Distrito Federal.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal,

Com amparo nos arts. 15, III; 39, § 2º, XII e 40 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer que seja solicitada ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal, por intermédio da Mesa Diretora, cópia do inteiro teor do estudo realizado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial em que é feito o diagnóstico dos desperdícios identificados nos gastos públicos na área da Saúde.

Justificação

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 60, inciso XVI, estabelece que compete privativamente à Câmara Legislativa do Distrito Federal fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta.

Para garantir que a Câmara Legislativa possa exercer plenamente esse poder de fiscalização, a Lei Orgânica, no mesmo art. 60, inciso XXXIII, assegura aos parlamentares o direito de encaminhar, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, configurando como crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informações falsas.

O Requerimento ora apresentado tem, pois, a finalidade de obter cópia do inteiro teor do levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento



30

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Gerencial, conforme matéria publicada no Correio Braziliense, na edição de hoje (19/02/09), página 39 do Caderno Cidades, a fim de colher informações detalhadas que permitam uma correta avaliação das medidas que vem sendo implementadas naquela Secretaria objetivando assegurar maior eficiência e racionalidade aos gastos públicos realizados na área da saúde no Distrito Federal.

Isso posto, e considerando o preceito da Lei Orgânica do Distrito Federal que assegura ao Parlamentar a prerrogativa de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, formulo o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2009.

Erika Kokay
Erika Kokay)

Deputada Distrital – PT/DF

CID 0
Em 26/02/2009
Assessoria de Planejamento



31

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO

4

REQUERIMENTO Nº

RQ 1401/2009

3

(Autoria: Deputado Wilson Lima)

Requer a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 02 de março de 2009, às 15h00min, para tratar da questão da Recuperação, preservação e manutenção do Centro Cultural Itapuã, situado na Praça 01, Cine 01, do Setor Leste do Gama, Região Administrativa do Gama – RA II, a realizar-se no Auditório da Administração Regional do Gama.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Com fundamento no art. 99, §2º do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA, a realizar-se no dia 02 de março de 2009, às 15h00min, para tratar da recuperação do Centro Cultural Itapuã, situado na Praça 01, Cine 01, do Setor Leste do Gama, Região Administrativa II, a realizar-se no Auditório da Administração Regional do Gama.

JUSTIFICAÇÃO

A história do Centro Cultural Itapuã esta ligada, sem dúvida nenhuma, a vida cultural da Cidade do Gama. Desde a sua inauguração, em março de 1961, que vários e belos filmes foram exibidos naquele local, marcando para sempre a vida de inúmeras pessoas de nossa querida Cidade.

SAIN Parque Rural – Gabinete 23 – Fone: 348-8230/8231

DATA RESERVADA NA AGENDA
GERAL DE EVENTOS: 26/02/09
HORA: 15h LOCAL: 27

Paulo Barbosa Pacheco
Assistente Legislativo - Cerimonial



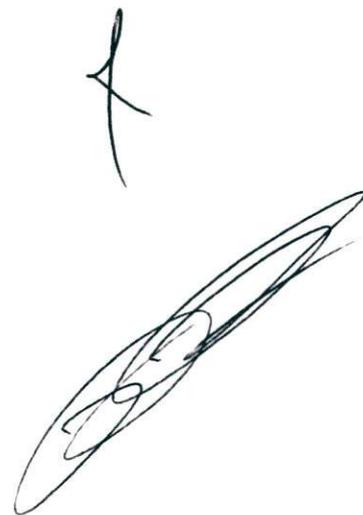
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WILSON LIMA

Hoje, sem o esplendor dos anos de glória, temos que lutar pela recuperação daquele espaço cultural, dando a devida valorização e garantindo à população do Gama a manutenção de tão importante espaço da sua história.

Entendemos que a discussão da matéria no âmbito da Câmara Legislativa é de fundamental importância e é nesse contexto que apresentamos o presente requerimento para o qual solicito aos nobres pares o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de dezembro de 2008.


Deputado Wilson Lima





Suplemento
Publicação conferida no DCL nº 40, de 10/03/2009
Servidor Christina Matrícula: 12507

Obs: capa publicada
não confere com
o original.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009.

42 bandas

45 bandas

total

87



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 38, de 06/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 10ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estou apresentando a esta Casa, na tarde de hoje, 2 projetos: um que visa incentivar a redução do consumo de água e outro que visa incentivar a redução do consumo de energia elétrica no Distrito Federal.

A água, como todos sabem, é um recurso natural não-renovável. O esgotamento dos recursos hídricos no mundo é algo latente, algo amplamente discutido. No Distrito Federal, esse processo é ainda mais grave. Os projetos visam incentivar os consumidores de energia elétrica e de água do Distrito Federal a reduzirem seu consumo. Como se dá o projeto? Aquele consumidor residencial, comercial ou industrial que conseguir reduzir o seu consumo absoluto de água ou de energia elétrica com relação ao mesmo mês do ano anterior, além de pagar menos na conta de água e de energia elétrica, pois consumiu menos, terá um bônus de 20% de desconto sobre a economia que ele produziu.

Portanto, ele vai receber na sua conta de água o quanto consumiu no mês de maio do ano anterior, para poder fazer um controle. Se a conta de água é referente ao mês de março, vai valer para maio, porque ele recebe essa conta em abril. Se ele consumir menos água do que consumiu naquele mês no ano anterior, além de pagar menos porque consumiu menos, terá um bônus de 20% na conta sobre esse desconto. Então, se alguém economizar 10% do consumo de água, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	2

relação ao mesmo mês do ano anterior, ele terá 10% de desconto – pois essa foi a economia efetiva – e mais um bônus de 20% sobre os 10%, que é 2%. Então, ele terá uma economia de 12% na sua conta de água.

Isso incentiva a redução do consumo de água, um recurso natural não-renovável, e de energia elétrica, além de incentivar as pessoas a economizar e poupar seu dinheiro. Então, é bom para a cidade e para o consumidor. Eu penso que são bons projetos e gostaria de vê-los sendo debatidos aqui nesta Casa. Eles incentivarão a redução tanto do consumo de água quanto de energia elétrica pela população e pelos contribuintes do Distrito Federal.

A margem de lucro da CAESB e da CEB é excessiva. A margem de lucro vai cair um pouquinho, mas afinal a CAESB e a CEB são 2 empresas de todos os cidadãos do Distrito Federal e não precisam ter uma margem de lucro excessiva. A margem de lucro vai cair um pouquinho, mas esse projeto vai incentivar as pessoas a reduzirem o consumo. As pessoas que reduzirem o consumo terão uma bonificação por reduzir o consumo em sua residência ou em seu estabelecimento comercial.

Penso que esse é um bom projeto e gostaria de vê-lo sendo debatido aqui nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo que na próxima semana teremos um encontro agendado com o Ministro da Controladoria-Geral da União, para que esse órgão possa investigar os escândalos aqui já denunciados acerca da terceirização do Hospital de Santa Maria.

O Secretário teve 12 dias, um prazo absolutamente recorde, para aprovar o projeto básico e estabelecer o contrato com a empresa já investigada pela CGU — uma empresa que a CGU investigou e atestou um superfaturamento de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

Há de se esclarecer – e estamos, inclusive, fazendo requerimento de informações nesse sentido – por que o Secretário de Saúde do Distrito Federal optou por dispensar a licitação antes do parecer da Procuradoria-Geral do Distrito Federal e por estabelecer as bases para o contrato com a Real Sociedade Espanhola de Beneficência, antes que esta lhe encaminhasse os documentos devidos. A Secretaria de Saúde tem que esclarecer muita coisa, inclusive por que estão sendo descadastrados os Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs, que são bancados por recursos federais.

É preciso que tenhamos claro tudo isso, para que possamos desmistificar a lógica de que o Distrito Federal não tem arrecadação. Eu diria que o Governo do Distrito Federal tem que primar para que suas palavras se tornem realidade. E digo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	3

isso porque, no dia 2 de maio de 2007, o Governador do Distrito Federal disse que a obra do Bezerrão, que custaria inicialmente R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), ficaria por R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) e que seria entregue no dia 21 de abril de 2007. Ora, esta obra saiu 83,33% mais cara do que o Governador havia anunciado e sete meses após a data prevista e anunciada pelo próprio Governador para que fosse inaugurada.

Falo isso porque o Hospital de Santa Maria completa aniversário de sua inauguração no próximo mês de abril e continua fechado. Diz o Secretário que irá abri-lo. Para tanto está fazendo licitação em tempo recorde para equipá-lo. Poderia ter feito há um ano, mas está fazendo desde que fez um contrato com uma empresa absolutamente fora da legalidade.

Mas eu falo de Bezerrão porque se o Governo planejasse melhor os seus custos, talvez não tivesse os sobressaltos que diz que teve no seu próprio orçamento, talvez pudesse estar mais coadunado com suas próprias palavras e talvez seus atos poderiam guardar coerência com suas palavras. Digo isso porque essa obra do Bezerrão custou R\$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de reais), mas a maior parte das empresas não recebeu seu pagamento.

Fizemos um levantamento que diz que a Estacon Engenharia S/A, que construiu a obra, recebeu verdadeiramente R\$ 47.390.000,00 (quarenta e sete milhões trezentos e noventa mil reais), mas Flávio FG Comércio de Máquinas não recebeu R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil); Cartoon Produtos Serviços Integrados Ltda. não recebeu R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais); Neocon Indústria e Comércio de Divisórias Ltda. não recebeu R\$ 413.820,00 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e vinte reais); Leon Heimer Indústria e Comércio Ltda. não recebeu R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais); Idéia Digital Sistemas, Consultoria e Comércio Ltda. não recebeu R\$ 880.000,00 (oitocentos e oitenta mil reais); Visual Sistemas Eletrônicos Ltda. não recebeu R\$ 935.200,00 (novecentos e trinta e cinco mil e duzentos reais); Data Graphics Informática Ltda. não recebeu R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais). Ora, essas empresas deveriam ter recebido esses valores um mês após a inauguração ou a entrega do material que ali foi estabelecido.

Deputado Milton Barbosa, por mais paradoxal que seja, tivemos Zezé de Camargo e Luciano cantando na inauguração, cantando com um som instalado, e quem instalou aquele som não recebeu. E talvez Zezé de Camargo e Luciano tenham recebido mais do que os R\$ 481.000,00 (quatrocentos e oitenta e um mil reais) que o DF está devendo para a empresa – e pequenas empresas, todas elas. Pequenas empresas que deveriam ter recebido desde novembro do ano passado e até o momento não receberam.

Eu escutava a *CBN*, e dizia o Secretário do Governo do Distrito Federal que eles não tinham recebido porque não havia acontecido o repasse dos recursos do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	4

Ministério dos Esportes. Ora, fizemos um levantamento. O Ministério dos Esportes tinha um convênio de R\$ 6.617.600,00 (seis milhões seiscentos e dezessete mil e seiscentos reais) para o Bezerrão, que foi pago no dia 31 de dezembro de 2007. Foi pago. Mas, para além do convênio que foi pago, sim, pelo Ministério dos Esportes, então procurem, membros do Governo do Distrito Federal, outra justificativa para o calote às pequenas empresas que foi dado pelo Governo do Distrito Federal.

Analisando também as notas de empenho – porque houve empenho para pagar essas empresas, houve empenho –, algumas dessas empresas, como a Visual, tiveram 5 vezes esse valor empenhado: o empenho feito, o empenho desfeito, e a empresa sem receber. Mas ao analisar as notas de empenho, verificamos a fonte. É muito fácil verificar de onde vem um recurso, basta ver a fonte. A fonte é a Fonte 100. Fonte 100 são recursos do Orçamento do Distrito Federal, é fonte boa, e o Governo não pagou.

Deputado Benedito Domingos, pagaram R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para o Romário vir à inauguração do Bezerrão, na própria lógica do “circo sem o pão”, mas as empresas que montaram o placar, que montaram as catracas, que instalaram o som, que fizeram o telão estão até hoje sem receber do Governo do Distrito Federal. Fonte 100, recursos próprios, recursos próprios que não foram honrados.

Por isso eu diria ao Governo do Distrito Federal que é preciso, sim, guardar coerência entre as palavras e os atos. E eu diria: que antipedagogismo tem este Governo que não paga as pequenas empresas e que, seguramente, gastou mais com publicidade para anunciar a inauguração do Bezerrão do que teria gasto para honrar os compromissos devidamente assinados.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, feliz Ano Novo, feliz 2009, estamos começando 2009.

Deputado Paulo Tadeu, V.Exa. foi dar uma entrevista hoje falando que não teríamos sessão hoje. Não foi V.Exa.? Então foi o Deputado Chico Leite. Não foi? Então foi a Deputada Erika Kokay. Não foi? Então foi o Deputado Aylton Gomes. Não foi? Então foi o Deputado Benedito Domingos. Não foi? Foi o Deputado Batista das Cooperativas. Não foi? Deputado Benício Tavares, foi V.Exa.? Deputado Milton Barbosa, foi V.Exa.? Deputado Bispo Renato, foi V.Exa.? Não? Deputado Leonardo Prudente, foi V.Exa.? Não. Deputada Eurides Brito, não foi V.Exa.? Deputado Wilson Lima, também não foi V.Exa.? Deputado Cabo Patrício, não foi V.Exa.?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	5

Falei aqui o nome de quase todos os Deputados. Estão todos trabalhando pontualmente, e a *Rádio CBN* disse hoje que não teríamos sessão, a exemplo da Câmara dos Deputados. Isso que é jogar a opinião pública contra os Deputados Distritais. É brincadeira isso? Com antecedência, notícia de primeira mão, mentirosa. Que coisa mentirosa! Uma emissora com a credibilidade da *CBN* devia pelo menos pedir desculpa. Entendeu?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – V.Exa. falou que nós não trabalharíamos hoje.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu não falei, a *Rádio CBN* foi que falou.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – V.Exa. reproduziu.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Eu reproduzi. Eu estive aqui ontem.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – O meu aparte é também nessa direção – se entendermos o meu aparte. Peço ao Presidente que mande retirar da entrada da Câmara uma placa que diz: acesso ao hipermercado. Lá não há placa de acesso à Câmara. Nós ouvimos, por onde andamos, dos mais pobres e mais humildes: “onde é que fica a Câmara?”. E ali colocaram uma placa de acesso ao hipermercado, na entrada. S.Exa., habilidoso que é, por certo mandará fazer contato com a direção da empresa para que retire aquela ou coloque apenas uma placa, com as duas indicações: primeiro da Câmara Legislativa, depois do hipermercado.

Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Agradeço o aparte de V.Exa. O que isso tem a ver isso com a *CBN*, esse aparte que eu lhe concedi?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Tem, porque a *CBN* está nos desmerecendo e, se V.Exa. souber da história do hipermercado e de outras coisas de balcões, há de convir que quem olha ali fala assim: “aquilo ali já virou um hipermercado”.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Mas eu pensei, e foi até bom, que hoje seria uma sessão de cobrança, do departamento de cobrança, para o pessoal que está com problema para receber do GDF, os construtores. A Deputada Erika Kokay estava enumerando aqui hoje quantas pessoas estão sem receber do Distrito Federal.

Gente, há pessoas até da época do Governo PT que ainda não receberam. Ninguém falou aqui. Aqui, se for enumerar algum problema, porque às vezes, quando se fala que não pagou, deve-se verificar se há problemas na prestação de contas; verificar o porquê de não ter sido pago; verificar cada nota, uma por uma. Não é assim, e dizer: “Olha, não pagou o supermercado tal, não pagou a construtora tal, não pagou não sei quem; o Governo é um caloteiro!” Caloteiro, não! Só não paga se houver algum problema na nota. Pelo menos, a informação que tenho da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	6

Secretaria de Obras é esta: se houver algum problema na prestação de conta, na nota, evidentemente, mandem checar para não dar problema depois.

Então, é esse o comentário que eu tinha a fazer.

Como a Deputada ficou muito tempo, posso ficar mais um pouco? O mesmo tempo? Perfeito.

Eu gostaria de mandar um recado aqui para o jornalista que disse que eu estava mal informado. Deputado Rogério Ulysses, o jornalista escreveu que eu estava mal informado! Mal informado eu estaria se eu fosse funcionário dele, parente dele, porque sobre o que falo aqui, busco a informação correta, ainda mais sendo do meu partido, o Democratas. O Democratas foi injustiçado inclusive na divulgação daquela pesquisa. É um dos partidos mais populares, para não dizer o mais popular, do Distrito Federal, hoje. O Governador é de qual partido, Tenente Patrício? Na pesquisa ele está com 80% de popularidade. É, e ele é Democratas. E há o vice, também. O Presidente da Câmara é de qual partido? Democratas. O Deputado Paulo Tadeu é fã de qual partido? Democratas. É amigo de quem? Democratas.

Agora, vem um jornalista dizer que ele está lá embaixo na pesquisa, Deputada Eurides Brito. É brincadeira! Mudou de PFL, mas ninguém disse: "Foi prejudicado porque mudou de PFL para Democratas". Viu, Flávio Cury? Tem que mandar uma carta para esses jornalistas temporários – temporários, porque daqui a alguns dias já estará fora do jornal e irá para outro. Sai de um jornal, vai para outro, vem para cá, fatura comercial alto, alto! Querem que eu diga aqui quanto é?

Só para encerrar, e mudando um pouco de assunto, estamos começando o ano agora, um ano de muito trabalho. Ficamos felizes ao saber que, na Câmara dos Deputados, não há ninguém trabalhando. Então, as atenções estão voltadas para a Câmara Legislativa. Desejo a cada Deputado Distrital, ao nosso Presidente e a todos que aqui estão um excelente trabalho e um trabalho de reconhecimento a todos nós, porque dedicamos o nosso tempo a esta Câmara.

Quero mandar à família do motorista, auxiliar falecido do Deputado Benício Tavares, um grande abraço. Não tive oportunidade de conviver com ele, mas ficou mais de 20 anos ao lado do Deputado Benício Tavares, um grande amigo. Então, transmita o nosso sentimento.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Só para lembrar, esta Casa, no dia do falecimento do colega Lourenço, externou as condolências. Conclamamos os companheiros a, juntos, fazermos 1 minuto de silêncio. O Deputado Benício Tavares não estava presente. S.Exa., que conviveu e convive com a família do ex-funcionário, certamente transmitirá a ela o respeito e o carinho desta Casa.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	7

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde. Venho fazer este pronunciamento para, primeiramente, parabenizar Brasília pelo carnaval que tivemos na cidade. Já é o sexto ano que acompanho o carnaval de Brasília. Vou a todos os blocos: Baratinha, Baratona, Os Raparigueiros, Galinho de Brasília, Pacotão, Ceilambódromo. Em São Sebastião, fizemos neste ano um carnaval, em média, com mais de 10 mil pessoas por noite.

Duas coisas me chamaram a atenção no carnaval deste ano. Primeiro, tivemos, apesar de algumas questões pontuais de violência urbana, um carnaval pacífico, de família, um carnaval em que não se percebeu nenhum episódio que denegrise o evento. Houve violência, sim, no Distrito Federal, nesses dias, mas não foi nos blocos de carnaval nem no carnaval das cidades. Foram problemas de violência fora da rotina das atividades festivas do carnaval. Esse é o primeiro aspecto que eu queria ressaltar. Segundo, eu queria daqui fazer um registro e parabenizar, Deputada Eurides Brito, o nosso colega Deputado Rôney Nemer. Olha, o Deputado Rôney Nemer fez uma organização invejável no carnaval de Brasília. Foi presente, encontrei com ele várias vezes, em várias ocasiões e em todos os blocos.

Tive a oportunidade de conversar com músicos, com pessoas que fazem o carnaval e ouvir os elogios sobre a organização do carnaval, a transparência na disponibilidade dos recursos. Portanto, eu gostaria de, daqui da tribuna, parabenizar o Deputado Rôney Nemer, que hoje está na Brasiliatur, pela forma organizada e transparente com que conduziu o carnaval do Distrito Federal. Geralmente, quando terminava o carnaval, era aquela confusão, com as escolas brigando porque não tinham recebido recursos.

No ano passado, houve aquele episódio lastimável com o Galinho de Brasília. Este ano, eles conseguiram mudar o trajeto do Galinho, não houve nenhum problema, e os organizadores desse bloco ficaram muito felizes com a mudança. O Pacotão talvez fez, neste carnaval, uma das melhores marchinhas de todos os anos, com repercussão nacional. Para minha alegria, a Escola de Samba de São Sebastião, Projeto Colibri, conseguiu subir de categoria, ficamos em segundo lugar na categoria em que estávamos. Com isso, entramos no grupo de acesso. Portanto, no próximo ano, o Projeto Colibri, que representa São Sebastião, disputará no grupo intermediário, na perspectiva de fazer um bom trabalho durante o ano e, quem sabe, Deputado Aylton Gomes, em 2010, ou em 2011, disputar de igual para igual com a Escola de Samba da Aruc. Eu quero parabenizar a Escola de Samba da Aruc pela conquista de mais um carnaval.

O Sr. Joãozinho Trinta, mesmo com todas as suas limitações, participou efetivamente do carnaval de Brasília. Ele acompanhou o Pacotão todo o tempo, de ponta a ponta. Então, Brasília dá exemplo de organização e planejamento, pois, quando as coisas são planejadas, quando as coisas são organizadas, quando as pessoas têm a oportunidade de participar da organização, mais do que isso, quando



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	8

há transparência com o gasto dos recursos públicos, quando há oportunidade para que o carnaval de Brasília cresça, o carnaval corresponde.

Esse talvez foi, nos últimos seis anos, tempo em que freqüente o carnaval de Brasília, o melhor carnaval que tivemos nesta cidade. Eu acompanhei o evento todos os dias, Deputado Paulo Tadeu – vi o seu bonecão lá. Acho que cometeram uma injustiça conosco, pois, quando participamos do carnaval, não estamos fazendo campanha antecipada. Pelo contrário, estamos, sim, prestigiando a população do Distrito Federal. Somos questionados, muitas vezes, porque não trabalhamos. Mas nós trabalhamos inclusive no carnaval, prestigiando as atividades culturais da cidade. Isso não é campanha eleitoral antecipada, muito pelo contrário. Talvez isso aborreça àqueles que não participam de nenhuma atividade cultural, mas se sentem incomodados quando nos vêem ali, próximos à população.

Parabéns ao Deputado Rôney Nemer, à Brasiliatur, ao Governo do Distrito Federal, às escolas de samba de todos os grupos que desfilaram no Ceilambódromo, a todos os blocos de carnaval, especialmente ao Galinho de Brasília e ao Pacotão, que deram, este ano, um exemplo de organização e participação. Eu espero que, no próximo ano, esse quadro positivo se repita e que tenhamos a oportunidade, inclusive nesta Casa, de fortalecer um pouco mais o orçamento, por intermédio de emenda parlamentar, para ajudar os blocos de carnaval do Distrito Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Wilson Lima.

DEPUTADO WILSON LIMA (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. da imprensa, visitantes presentes na galeria, eu subo à tribuna para, primeiro, comemorarmos, pois não vi em nenhum noticiário – *Correio Braziliense*, *DF TV*, meios de comunicação que atuam em Brasília –, comentários sobre aqueles malfadados pacotes de viagens que foram vendidos no final do ano passado, lesando muitas pessoas. Não era nada do que foi prometido. Espero que não tenha acontecido nada disso, mas o nosso projeto está aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Chico Leite, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, na tentativa de defender o consumidor.

Solicito a V.Exa., bem como aos nobres Pares, colaboração para aprovarmos, o mais rápido possível, o projeto, juntamente com aquelas medidas elencadas. Solicito também a colaboração de todos. Acredito que o projeto está quase completo. Ele passará ainda por duas comissões para depois chegar ao Plenário.

Também venho a esta tribuna para falar de um projeto de minha autoria, juntamente com o Deputado Brunelli. Quando fiz uma pesquisa na Câmara para entrar com esse projeto, S.Exa. já estava com ele pronto. Parabenizo-o por isso. Esse projeto trata do selo higiênico que vem em cima das cervejas em lata, e o Deputado Brunelli denominou-o Selo Reciclável.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	9

Estamos acompanhando os noticiários sobre a guerra das cervejarias. A AMBEV entrou na briga para jogar "farinha no ventilador" das outras cervejas, como a Itaipava e a Schincariol, que, se não me engano, já está próxima de lançar no mercado a cerveja com a tampinha higienizada.

Em contrapartida, as outras cervejarias não estão aceitando isso e estão dizendo que vão retirar a venda deles. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios e o Tribunal de Justiça de São Paulo já entraram na briga, determinado a retirada daquela propaganda do lacre, vinculada ao Estado de São Paulo, que prejudicava as cervejas que estavam usando o lacre protetor na boca da latinha.

Com a ajuda dos Srs. Deputados, vamos aprovar o referido projeto quem sabe hoje, ainda. E que se dê um prazo para as cervejarias, para a Coca-Cola, Pepsi-Cola, enfim, para todos os produtores de enlatados, sucos e energéticos, colocarem o selinho higienizado. Que se dê mais salubridade aos produtos vendidos, porque a cerveja e o refrigerante são fabricados, depositados e depois transportados de qualquer forma. Não há um local bem higienizado para transportá-los. Quando chegam ao depósito, são misturados com outros produtos. Além do mais, o próprio produto pode ter contato com urina de rato ou insetos, transmitindo doenças.

Trata-se de um projeto essencial, pois as lanchonetes, os restaurantes, as casas noturnas, enfim, todos os estabelecimentos só poderão comercializar esses produtos com o selo higienizado. Reitero o pedido de apoio a todos os Deputados para a aprovação desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a composição do nosso bloco na Mesa Diretora e um apelo para que, na reunião da Mesa, possa ser decidido um assunto por que vimos lutando no Governo do Distrito Federal e que, nesta Casa, a Deputada Erika Kokay tem defendido muito, que é a questão da Central de Libras. Conversei com o Presidente e pedi a S.Exa. que estudasse essa questão e contratasse, pelo menos para prestar esse serviço, os intérpretes para a nossa televisão.

Estamos também lutando junto ao GDF para que se possa fazer a licitação, a fim de que o GDF disponibilize a Central de Libras e os deficientes auditivos possam ter essa oportunidade.

Aproveito para parabenizar o Deputado Rôney Nemer, do PMDB, que está à frente da Brasiliatur. Eu e a Deputada Eurides Brito não somos muito de Carnaval, mas, pelo relato brilhante do Deputado Rogério Ulysses, não podemos deixar de ficar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	10

alegres ao vermos que um companheiro do PMDB tem feito um bom trabalho à frente da Brasiliatur.

Então, estendo os parabéns ao Deputado Rôney Nemer, desejando-lhe sucesso. Tínhamos certeza de que S.Exa. seria brilhante e qualificado para exercer qualquer função no Distrito Federal.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acerca do que foi dito pelo Deputado Benício Tavares, informo que estivemos com representantes da Federação dos Intérpretes de Libras, ainda no ano passado, durante o recesso, para que pudéssemos ter aqui intérpretes durante todo o período de funcionamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Àquela ocasião, foi solicitada uma proposta, o que foi feito, e V.Exa., se não me engano, encaminhou-a à Procuradoria da Casa para ver a melhor forma de a Câmara Legislativa do Distrito Federal mergulhar na acessibilidade. Isso já deveria ter sido concluído há muito tempo, inclusive no que diz respeito à TV Distrital. A TV Distrital não é acessível aos surdos. Logo, não é para todos que tenham interesse nela.

Acho que tem razão o Deputado, porque temos, urgentemente, que providenciar para que as sessões da Câmara possam também ser entendidas, aprendidas. Um bom exercício para cada uma e cada um de nós seria chegarmos a nossa casa e ligarmos a televisão sem som e sem legenda, para vermos em até que nível de isolamento seríamos mergulhados apenas pela não possibilidade de termos acesso ao conteúdo que ali está.

Eu gostaria que a Mesa Diretora pudesse, primeiramente, informar se já houve o parecer da Procuradoria e qual seria a forma. E que estivéssemos absolutamente atentos a isso.

Registro que, na sexta-feira, véspera do Carnaval, saiu às ruas de Brasília, pela primeira vez, o Bloco Girafolia, que é composto por várias entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelos meninos e meninas de rua que estão na Rodoviária e que adquiriram espaço nos jornais com a exploração sexual, infantil, enfim, tudo aquilo que acompanhamos. Foi belíssimo, e eu parabenizo o Girafolia. Lá foi lançada a campanha que todo ano é feita em nível nacional, de enfrentamento à exploração sexual. Parabenizo os meninos e meninas que saíram às ruas, e a Escola de Samba Bola Preta, que teve o cuidado de transmitir os seus conhecimentos acerca do samba a esses meninos, para que eles pudessem sair às ruas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	11

Encerro dizendo que um dos trechos do samba-enredo era assim: "Chega de pedofilia, violência e exploração. O que a nossa molecada precisa é de atenção". E eu acho que essa é uma boa fala para ser repetida todos os dias das nossas vidas.

Só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Erika Kokay, sobre o seu questionamento, é verdade que eu assumi um compromisso na Presidência, junto com o Deputado Benício Tavares e junto com V.Exa., de encontrarmos uma solução para colocarmos rapidamente o tradutor de Libras nas transmissões da nossa TV Distrital e aqui também no plenário. Este assunto será o primeiro item da pauta da próxima reunião da Mesa Diretora e, certamente, nós encontraremos um bom formato para que essa população possa também ter acesso a essa questão.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só lembrar também, já que estamos pedindo melhorias na divulgação do nosso trabalho, e fazer um apelo a V.Exa. e, conseqüentemente, ao Dr. Geraldo Maciel, nosso Secretário para Assuntos Parlamentares, para que o Governador disponibilize técnicos para regulamentar as nossas leis, para a aplicação das nossas leis. Nós temos muitas leis boas aprovadas que ainda não estão, de fato, sendo efetivadas por causa da falta de regulamentação. Eu faço esse apelo a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Eu vou aproveitar a presença do Deputado Milton Barbosa e pedir que a assessoria de S.Exa. solicite à Terceira Secretaria a relação de todas as leis que não foram regulamentadas para que nós possamos oficializar o Sr. Governador sobre o assunto e para que isso não fique apenas no discurso.

Deputado Wilson Lima, V.Exa. tem razão, o assunto é pertinente e, inclusive, no meu discurso de início dos trabalhos eu já havia me manifestado sobre isso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito, o levantamento já está pronto. Há muito. São aproximadamente 600 leis.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – V.Exa. pode enviar por ofício à Presidência, para que possamos tomar as providências necessárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	12

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Com certeza, farei no tempo em que me chegarem os gráficos.

Também mandei proceder a um levantamento – porque fui um crítico mordaz do processo – do trabalho das comissões. Em tese, são elas que movimentam o processo legislativo. Um levantamento ano a ano, por comissão, quantos projetos estão ainda nas gavetas. Dependendo do levantamento, nós estaremos em face de um mau exemplo. Vamos avaliar inclusive quantas reuniões de comissões foram realizadas durante o ano. Eu tenho notícia de uma Comissão, a de Educação – porque o seu titular, Deputado Raad Massouh, falou aqui para todo mundo ouvir – que no ano passado não conseguiu se reunir uma vez. Então, o processo legislativo, que nós prometemos revigorar, há de ser restaurado.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Perfeitamente. E é importante, Deputado Milton Barbosa, que o Presidente da comissão assuma as suas prerrogativas de, efetivamente, punir os Deputados que não participam das reuniões ou não justificam as suas ausências e possa excluí-los das comissões, se esse for o caminho.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (Como Líder do Governo. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu quero dar, mais uma vez, e espero que pela última vez, uma informação ao Plenário a respeito da redação final do PDOT. E quero fazê-lo em função das notícias que saíram agora nesses últimos dias a respeito de algum tipo de protelação, se isso não estaria dando chance a que o projeto estivesse sendo mexido e tudo mais.

E, quando eu falo daqui da tribuna, eu falo principalmente em respeito aos servidores da Comissão de Constituição e Justiça que receberam a incumbência dada por mim, então Presidente da CCJ, de que somente eles, exclusivamente eles – sem a participação de nenhum assessor comissionado de qualquer Parlamentar, incluindo a Presidente da Comissão –, somente os servidores de carreira da Casa que lá trabalham, e trabalham realmente muito bem, pudessem fazer a condensação do texto para emitir o relatório da chamada redação final.

Quero ressaltar um fato importante que aconteceu aqui na última noite de votação do PDOT. O que foi? É que baixou o anjo da guarda da prudência. Creio que ele estava de plantão, bom plantão, e não permitiu que fosse votada, naquela mesma noite, a redação final, porque senão aquilo seria depois realmente algo intraduzível, difícil para as pessoas lerem e com contradições.

Naquela mesma noite não votamos a redação final, como é de praxe nesta Casa e como fazemos quase todas as vezes que votamos algum projeto: ao final das votações, um Parlamentar vai ao microfone, pede a dispensa do interstício e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	13

aprovação da redação final, e nós concordamos levantando a mão. Fazemos isso em projetos simples, mas naquela noite, com numerosas emendas, centenas de emendas foram aprovadas no Plenário, tomou-se esta cautela e o projeto não foi aprovado na sua redação final.

No mês de janeiro inteiro, a Comissão de Constituição e Justiça esteve aqui representada pelos seus servidores, não pelos Parlamentares, pois a Casa estava em recesso. Eu, que fiquei em Brasília, participei de quatro reuniões ao longo desse período para acompanhar os trabalhos que os técnicos estavam realmente fazendo e quero dizer, principalmente ao público não-parlamentar, ao público que nos ouve: alguns pensam que na redação final, alguém, sendo Deputado ou não, tem o direito de mudar o que foi votado. Ninguém tem o direito de mudar o que foi votado. O trabalho foi feito com tanta cautela, com tanta precisão, que juntou o serviço de taquigrafia, juntou os nossos redatores da Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, não há nada que tenha sido votado que lá não esteja, como não há nada que não foi votado e que também lá esteja.

Houve apenas três casos de incongruências, emendas sobre o mesmo assunto que foram votadas e com conteúdos diferentes, que entravam em contradição. Neste caso, faz-se na nota técnica a remissão aos três casos para que todos tomem conhecimento disso, e a aceitação na comissão de redação da emenda votada em último lugar, como é de praxe na Casa, porque em qualquer Legislativo parte-se do pressuposto de que o último votado revoga o que foi votado anteriormente. Portanto, o número mais alto da emenda votada ao final prevalece. Houve portanto apenas três casos em que isso aconteceu.

O trabalho foi todo completado no dia 30 de janeiro. Todo o trabalho está terminado desde o dia 30 de janeiro. Ficamos esperando o quê?

Mantive-me na Presidência da Comissão de Constituição e Justiça até a escolha do novo Presidente. Quando eleito o nosso colega, Deputado Rogério Ulysses, tivemos em seguida uma reunião, S.Exa. e eu, explicando a ele qual procedimento havia sido tomado. Além dos membros da Comissão, eu e o Deputado Rogério Ulysses já temos a versão final do relatório com as notas técnicas. Não caberia mais a mim, evidentemente, estar fazendo agora alguma coisa em relação a isso. Mas acertamos com o Deputado, que será com certeza, pelo que tem demonstrado, um brilhante Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

S.Exa. está tomando as providências devidas: está mandando reproduzir o relatório, que tem várias páginas, e as notas técnicas; está fazendo uma conferência final de mapas com redação – é bom que um novo Presidente tenha assumido – e S.Exa. ficará no aguardo. Feita toda essa reprodução, S.Exa. a enviará aos gabinetes dos Deputados pela Comissão de Constituição e Justiça, já como novo Presidente, e ficará aguardando o sinal do Plenário, neste momento, quando a Casa volta, agora, à normalidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	14

Estou fazendo este pronunciamento porque, muitas vezes, as pessoas nos indagam se cortamos, ou acrescentamos, alguma coisa. Comissão de Redação Final não altera decisão do Plenário, por mais absurda que possa parecer a alguns. Não pode. E sobre o veto, isso não é da alçada da Comissão de Redação Final. Os vetos – se existirem, e creio que existirão – serão feitos pelo Executivo, não por esta Casa. Então, a Comissão – como o próprio nome diz – de Redação Final arruma o arcabouço, dando uma identidade, uma seqüência, uma semelhança, uma simetria ao texto, para que ele não fique deturpado, com redações totalmente diferentes e coisas mais.

Quero dizer que esse trabalho foi feito, e muito bem feito, pelo corpo técnico da Comissão de Constituição e Justiça. Já tive oportunidade de dizer ao Deputado Rogério Ulysses que S.Exa. recebe um grupo de servidores da Casa do mais alto nível. Podemos confiar no trabalho desse pessoal, pois eles o fazem muito bem. Não só sob o ponto de vista de técnica redacional, como também de juridicidade. O corpo técnico que está na Comissão de Constituição e Justiça, representando os servidores, é orgulho desta Casa. Eles, por sua competência, poderiam ser servidores do Congresso Nacional. Assim, eu tenho a maior tranqüilidade quanto ao trabalho que, logo que esteja pronto, será distribuído a todos os Parlamentares pelo novo Presidente da Comissão, meu colega Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – V.Exa. era Líder de Governo à época, e eu, Líder do Partido dos Trabalhadores. Hoje a Deputada Erika Kokay está à frente, liderando muito bem.

Sra. Deputada, esse tema é importante. Portanto, solicito o aparte só para esclarecer. Tem sido noticiado na imprensa, com aval do Ministério Público, pois são declarações de promotores. Esta Casa realizou um trabalho de debates sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Esta Casa assumiu a função do Executivo, realizando audiências públicas. Os Parlamentares se debruçaram sobre o projeto.

É bom esclarecer que o projeto já veio com uma série de problemas, uma série de questões que podiam e deveriam ter sido questionadas pelo Ministério Público, e não foram. O projeto foi aprovado – isso está gravado, pois as sessões são gravadas, e consta nas notas taquigráficas – de forma pública e transparente. É assim que esta Casa age, independentemente de a redação final ser pela aprovação ou rejeição; mas é a decisão da Casa, do Poder Legislativo.

A redação final nada mais é – como V.Exa. mesma colocou – do que a descrição de tudo o que foi votado. Fica parecendo, pelas colocações de membros do Ministério Público, com todo o respeito por aquele Poder, que os Parlamentares estão, nos meandros da noite, fazendo algumas coisas para alterar o projeto já votado. É bom deixar claro ao Ministério Público que tudo que foi votado nesta Casa,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	15

o foi de forma transparente e está aberto, não só ao Ministério Público, mas à população do Distrito Federal.

Os Parlamentares que aqui estão representam os anseios do povo do Distrito Federal. O Ministério Público pode ficar tranquilo, até porque a redação final será votada. Iremos discutir e votar a redação final. O que os técnicos estão fazendo é um trabalho pormenorizado, para que não haja nenhuma incorreção do que foi discutido e votado. Esta Casa tem obrigação de fazer esse trabalho. Os Parlamentares devem dizer qual o tempo necessário para que isso seja feito, principalmente a Comissão encarregada, que é a Comissão de Constituição e Justiça, que V.Exa. presidiu e agora será presidida pelo Deputado Rogério Ulysses. Assim os Parlamentares poderão apreciar o projeto.

Como é noticiado, e com a fala de alguns membros do Ministério Público, fica parecendo que existem algumas coisas espúrias acontecendo aqui. Mas o projeto já veio com incorreções e o Ministério Público deveria ter tomado posição. Não tomou posicionamento, não interferiu no processo e agora, depois de aprovado, quer interferir no Poder Legislativo, que representa o povo do Distrito Federal.

Sr. Presidente, não podemos admitir a forma como esta Casa foi notificada. Na próxima reunião da Mesa, vamos debater o assunto. Vamos responder ao Ministério Público para que tenham acesso no tempo oportuno, na hora oportuna, até por se tratar da redação final. Esclareço isso porque fica parecendo que estamos tramando alguma coisa na "calada da noite". Isso não é verdade. Respeito muito o Ministério Público, respeito o Poder Judiciário, mas esta Casa tem de se autodefender. Os vinte e quatro Parlamentares foram eleitos pelo povo do Distrito Federal.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Agradeço o aparte do Deputado Cabo Patrício. S.Exa. traduziu muito bem o espírito com que esta redação final foi elaborada e o comportamento exemplar dos Deputados. Depois de aprovado pelo Plenário, não fomos achacados, nem recebemos insinuação de qualquer Parlamentar junto àquela Comissão.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Deputada Eurides Brito, quero fazer um reconhecimento do trabalho que V.Exa. desempenhou à frente da Comissão de Constituição e Justiça e a forma como foi construída a redação final que será apreciada por este Plenário. Esse crédito é de V.Exa. e dos servidores da Comissão, que, como foi dito, são profissionais exemplares. A mim compete, neste momento, ter a oportunidade de criar um pouco mais de intimidade com o texto da redação final, analisar os mapas, reproduzir aquele material. Espero ter a oportunidade de fazer a primeira reunião da Comissão na terça-feira. Ainda não houve reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão ainda nem foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	16

instaurada de fato. Houve a eleição do Presidente e do Vice-Presidente, mas não fizemos a primeira reunião ainda.

Há uma pauta extensa para ser apreciada, e eu tenho certeza de que a decisão de dar ampla e irrestrita divulgação da redação final deverá ser de competência da Mesa Diretora e da própria Comissão de Constituição e Justiça, assim que o assunto for deliberado entre nós. Essa é nossa prerrogativa, é nosso direito. Fomos eleitos com esse objetivo.

Temos um rito próprio interno. Aceitamos, sim, a participação do Ministério Público, queremos as contribuições, mas não vamos abrir mão de prerrogativa do Poder Legislativo. Vamos fazer os estudos, as análises. O rito é nosso. Assim que o Presidente achar conveniente, S.Exa., na qualidade de representante deste Poder, fará o encaminhamento ao Ministério Público. Isso compete à Presidência e eu estarei à frente da Comissão de Constituição e Justiça, de forma democrática e transparente, seguindo as orientações da maioria dos membros e das partes integrantes do Poder Legislativo, entre elas a Mesa Diretora, que ainda precisa deliberar sobre o tema.

Eu disse ontem que só faria qualquer atividade, tomaria qualquer iniciativa, depois de uma reunião da Mesa Diretora e depois de uma consulta à Procuradoria desta Casa, para que possamos fazer tudo dentro da legalidade, dentro da normalidade, com a maior transparência. Daremos ampla e irrestrita divulgação a todos os processos, mas queremos respeito aos ritos internos do Poder Legislativo.

Quero concluir meu discurso parabenizando-a pela forma como conduziu esse processo e me colocando à disposição para que juntos possamos encontrar a melhor maneira e o melhor momento de apreciarmos a redação final do Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Obrigada, Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Deputada Eurides Brito, sei que estamos com o tempo limitado, mas o tema é de fundamental importância. Eu queria cumprimentar o Deputado Cabo Patrício pelas considerações, pois elas passam a ter uma importância maior quando notadamente S.Exa. votou contra o PDOT. Mas faz uma defesa correta.

Eu queria até dizer que estranhei quando recebi no meu gabinete, na semana passada, as considerações do Ministério Público, que participou de todas as audiências públicas promovidas pelas Relatorias. Todas! O Ministério Público fez recomendações e quase todas elas foram acatadas pelos Relatores: a Deputada Eurides Brito e os Deputados Benício Tavares e Batista das Cooperativas. E tivemos ainda uma reunião com membros daquele Poder, com a presença de V.Exa. – na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	17

liderança, salvo engano – e dos três Relatores, na qual foi discutida a importância do projeto, ouvimos recomendações e foram feitas observações. Agora, me causa estranheza porque ora se critica esta Casa porque votamos projetos de uma forma célere e, agora, por votarmos um projeto desta natureza.

Não estamos falando de um projeto simples, estamos falando de um projeto com 161 artigos, com dezenas e dezenas de emendas. Realizamos uma plenária com duração de 19 horas seguidas. A sessão durou o dia inteiro e foi até as 5 horas da manhã. Então, é mais do que necessário que se tenha um detalhamento. Como o próprio Deputado Rogério Ulysses colocou aqui, as Comissões ainda não começaram efetivamente – nem poderiam – as suas ações.

Por exemplo, eu cito a Comissão de Assuntos Fundiários, que terá a sua primeira reunião na terça-feira, às 10h30min. Eu tenho a impressão de que os outros Presidentes e membros de Comissões estão desenvolvendo ações nesse sentido. Então, esta Casa tem o seu tempo, esta Casa tem a sua autonomia. Nós não estamos em um estado totalitário nem autoritário, onde somente o Executivo governa. Nós não estamos em um processo onde se tem uma junta de promotores públicos para deliberarem sobre ações, tampouco estamos em um estado em que só o Legislativo legisla e decide. Nós temos desenvolvido uma ação correta.

Deputada Eurides Brito, para concluir eu gostaria de fazer coro com o Deputado Geraldo Naves. Inclusive acho que a *CBN* tem obrigação de se retratar no dia de amanhã ou trazer a magia para nós, Deputados, dessa bola de cristal. Como eles previram que não teríamos sessão hoje? Eu queria descobrir essa magia. E gostaria de dizer a V.Exa. que continuam dizendo que aqui é a ilha da fantasia. E não é.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Agradeço o aparte do Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, ontem fui indagado por uma repórter do *Correio Braziliense* acerca de uma recomendação do Ministério Público que determinava a publicidade da redação final, se eu concordava com isso. Eu disse à repórter que embora não conhecesse a recomendação, sabia que era própria do processo legislativo a publicidade. E, depois de algumas perguntas da repórter acerca de problemas acaso ocorridos na votação desse projeto tão importante de Ordenação Urbanística da cidade, eu fiz ver àquela jornalista que, em realidade, pelo que sabia – o nosso Gabinete inclusive chegou a participar de uma reunião e a contribuir com isso –, a então Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito – e citei nominalmente V.Exa., por um dever de lealdade – estava muito preocupada e fazendo algumas correções que dissessem respeito a erros materiais, pelo que sabia, porque nada poderia ser



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	18

inovado em nível de redação final. Procurei dar uma explicação de natureza técnica, aquela que estava efetivamente ao meu alcance, e disse a ela que, com certeza absoluta, esta Casa não ia se negar, em hipótese alguma, a dar publicidade a um projeto dessa monta. E deve fazê-lo.

Não deixei de dizer que esse projeto continuará em debate, porque logo em seguida nós teremos, dentro do ordenamento urbanístico, a Lei de Uso e Ocupação, que é muito importante, e quem deve escolher a cidade em que quer morar é a população, e não os governos. Isso que é princípio básico para que nós nos norteemos pelo trabalho.

Era meu dever fazer esse esclarecimento, porque hoje saíram algumas falas, e a minha conversa ocorreu no sentido daquilo que tenho defendido desde quando assumi a liderança do partido e votamos, ainda em 2007, uma nova programação de ordenamento ou de normas relativas ao ordenamento, inclusive a tríade – o PDOT, a Lei de Uso e Ocupação e os chamados Planos de Desenvolvimento Locais – trazidos pelo Governo, que mereciam todos aqueles reparos de natureza técnica e de natureza política, e que estão hoje na Lei Orgânica em capítulo especial.

Então a minha impressão é de que, e eu adiantei à repórter, nós tivemos mesmo problema, seja do ponto de vista da discussão da publicidade, à época, para que toda a população e as entidades pudessem participar, seja na própria votação. Lembro-me de que observei muitas vezes: Deputado, Parlamentar não pode, ainda, porque contrário à Constituição, dispor sobre equipamento público. Não pode. Aquilo que for disposição corre o risco de um veto do Governador, por melhor intenção que haja. Veja o projeto das igrejas, sobre o qual eu avisei diversas vezes aos companheiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Chico Leite, V.Exa. já está inscrito nos Comunicados de Parlamentares. Se puder concluir, para que a Deputada Eurides Brito possa também concluir.

DEPUTADO CHICO LEITE – Pois não, Sr. Presidente. Só quero observar, por um dever de lealdade, porque fui Vice-Presidente da Deputada Eurides Brito, e sou testemunha da forma extremamente leal ao Direito, firme e com esteio em princípios, com que S.Exa. conduziu aquela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Muito obrigada, Sr. Deputado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sra. Deputada, nós vamos ter acesso à redação final no próximo dia 4, pelo que nos informa o hoje Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses. Dia 4, mais de um mês após o reinício dos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	19

Nós tivemos aqui uma recomendação do IBAMA, uma recomendação do Ministério Público e uma solicitação veemente da Oposição, para que pudéssemos ter mais tempo para analisar o PDOT. Nós tivemos 30 minutos para analisar mais de 300 emendas. São mais de 10 emendas por minuto: impossível analisá-las! E precisamos de tempo, inclusive, para conhecer a redação final, ainda que não possamos mudá-la no mérito, mas para que possamos ver a mágica que foi construída, porque há mágica. Sem dúvida nenhuma, há um toque de magia em se colocar na mesma lei itens e emendas que são antagônicos. Portanto, há um toque de magia e é preciso que nós conheçamos para que tenhamos a exata noção do que está aqui.

Esta Casa não pode repetir esse procedimento que foi determinado pelo Governo do Distrito Federal. Quando o Governador do Distrito Federal foi à imprensa e disse "preciso do PDOT aprovado", esta Câmara se vergou a ele. Portanto, não foi exercido o Estado Democrático de Direito.

Por fim, digo que nós vamos discutir a redação final um mês após o retorno dos trabalhos. Bem que poderíamos ter começado fevereiro – como recomendou o IBAMA, como recomendou o Ministério Público, como solicitou a Oposição – discutindo o PDOT com vagar, com profundidade, para impedirmos, inclusive, vetos que com certeza existirão, se o Governador se pautar pela legalidade, o que nem sempre faz. Mas se o Governador se pautar pela legalidade, nós teremos inúmeras emendas vetadas, sem nenhuma dúvida.

Era só isso, Sra. Deputada. Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, eu fico muito feliz em ver que V.Exa. está com muita paciência, pois já iria concluir seu discurso. Foi por isso que interrompi V.Exa.

Quero cumprimentar a Deputada pelo seu novo *look* representando sua juventude em todos os aspectos. Talvez seja esse um novo ano de trabalho.

Ouvi atentamente o pronunciamento coerente do Deputado Cabo Patrício. Fiquei feliz em ver S.Exa. defendendo com unhas e dentes ferrenhos, por meio de suas palavras, o trabalho da Deputada Eurides Brito, do Deputado Batista das Cooperativas, do Deputado Benício Tavares e também a presença do Ministério Público, que acompanhou todo o trabalho durante os nove meses.

Discordo plenamente da Deputada Erika Kokay, que disse, Deputada Eurides Brito, que não teve tempo. Houve audiências durante nove meses. Se eu estiver errado, corrija-me, Deputado Batista das Cooperativas. S.Exas. não foram a nenhuma audiência, nem para saberem o local. Portanto, o tema foi amplamente discutido. Agora dizer que o Governo do Distrito Federal chegou aqui e disse que queria a votação do PDOT, não.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Sr. Deputado, conclua.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Foi bem discutido, muito bem discutido.

Em obediência à ordem do Sr. Presidente, concluo minhas palavras. Depois discursarei nos Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Agradeço os apartes dos Deputados.

Para concluir, Sr. Presidente, quero fazer uma pequena correção às palavras da Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputada Erika Kokay. Ao contrário do que disse S.Exa., acho que não poderia ter sido discutida e votada a redação final no dia 4 de fevereiro, por uma simples razão: esta Casa estava, como todas as casas legislativas, envolvida nas discussões da formação de suas novas comissões. Então, acho que está chegando no tempo devido. O documento, conforme eu já disse, está concluído desde o final de janeiro. Foi justo aguardarmos a eleição do novo Presidente da Câmara Legislativa, porque a S.Exa. caberá apresentar a esta Casa a redação final. O Presidente também deveria ter esse tempo, para estar agora com a confirmação dos documentos.

Além da presença do Ministério Público em todas as audiências públicas, como aqui já foi dito, os três Relatores também pediram audiência ao Procurador Chefe, Dr. Bandarra, no mês de novembro. Estivemos no Ministério Público, no início das audiências públicas, para mostrar toda a estratégia de trabalho, agradecer a presença do Ministério Público nas audiências públicas e pedir que eles continuassem participando delas. Assim foi feito. Muitas das sugestões apresentadas na hora do debate pelo representante do Ministério Público foram encampadas ao longo do relatório.

Qualquer pronunciamento que seja feito com o sentido de confundir a população do Distrito Federal ou de levantar suspeita sobre o trabalho da redação final e de que agora estejam sendo feitos ainda determinados conchavos para alterar isso ou aquilo é não conhecer como esta Casa funciona, como tão bem já disse o Deputado Cabo Patrício.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Antes de passarmos aos Comunicados de Parlamentares, quero fazer a leitura do art. 111 aos Srs. Deputados.

A partir da próxima sessão, esta Presidência será menos tolerante em relação aos pedidos de apartes e em relação às questões de ordem, para que as questões de ordem não se transformem em pronunciamentos, em prejuízo da fala de todos os Deputados. Já são 16h30min. Nós começamos a sessão às 15h20min, ou seja, há uma hora e dez minutos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	21

O art. 111 diz: "Após a leitura de expedientes pela Mesa, terá início o Pequeno Expediente, com duração máxima de cinquenta minutos, dividido em duas partes, assim destinadas:

I - comunicados de Líderes, com duração de três minutos para Líderes de partidos com composição de até três Deputados e cinco minutos para Líderes de partidos cuja bancada seja superior a três;

II - comunicados de parlamentares, com duração de até quarenta minutos.

§ 1º O tempo destinado aos comunicados de líderes que exceder a vinte minutos será deduzido do Grande Expediente.

§ 2º Os Líderes poderão se pronunciar também como parlamentares, no tempo destinado aos comunicados de parlamentares."

Portanto, quanto a essa questão dos apartes, não há previsão regimental nos Comunicados de Parlamentares. Há uma lacuna nos Comunicados de Líderes, se pode ou não, e compete ao Presidente deliberar sobre a concessão ou não, e não ao orador.

Eu fui muito tolerante nessas primeiras sessões até o dia de hoje, mas peço aos Deputados que nos ajudem para que eu não use o Regimento para cortar a fala de nenhum Parlamentar. A partir da próxima terça-feira, eu vou ser rigoroso em relação ao cumprimento do Regimento. Se o Parlamentar desejar fazer uso do microfone de aparte, poderá fazê-lo, desde que de acordo com o Regimento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa. vai continuar como obrou até agora. Não haverá excessos nossos aqui, e V.Exa. também não será implacável, porque a atividade parlamentar nos leva a isso. Tenho certeza disso.

Agora, eu gostaria de saber quando vamos utilizar o Grande Expediente. Eu vou folgar-me, vou me confortar no dia em que usarmos o Grande Expediente. Eu não sei o que é isso nem quando vai ocorrer. Tenho uma curiosidade tremenda para verificar o dia em que isso irá ocorrer neste plenário. Espero não completar os quatro anos sem pelo menos experimentar uma vez o Grande Expediente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, eu gostaria de fazer o Grande Expediente no dia de hoje. Se nós utilizarmos o nosso tempo de vinte minutos no Pequeno Expediente, nos Comunicados de Líderes, e o de quarenta minutos nos Comunicados de Parlamentares, poderemos fazer a votação e depois os Deputados poderão falar. O problema é que alguns



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	22

Deputados utilizam muito o microfone de aparte para fazer questões de ordem que não são questões de ordem, em prejuízo dos demais Deputados da Casa.

Então, é nesse sentido, nessa direção que eu tenho me colocado. Acho isso da maior importância, Deputado Milton Barbosa, mas não serei implacável, saberei flexibilizar quando necessário.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há uma pergunta que não quer calar a todos nós, Parlamentares e assessores. Antes de ser Vice-Presidente, o Deputado Cabo Patrício falava até pelos cotovelos. S.Exa. nunca mais abriu a boca nem ao telefone.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Deputado Cabo Patrício é o segundo inscrito, após o Deputado Raad Massouh. S.Exa. está ansioso para falar no dia de hoje, até já me perguntou, várias vezes, qual era a sua ordem de inscrição. Hoje teremos o prazer e o privilégio de ouvir o Deputado Cabo Patrício.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Raad Massouh, como várias questões foram expostas a respeito do PDOT e como, por diversas, a própria imprensa nos tem perguntado, quero dizer não só ao Ministério Público, mas à imprensa que, tão logo esta Presidência receba a redação final com seus anexos e seus mapas, irá disponibilizá-los, como não poderia deixar de fazer, pela internet, e encaminhá-los ao Ministério Público, aos Deputados, aos técnicos, aos assessores. Não haverá nenhuma dificuldade para dar a maior publicidade possível a esse projeto tão importante para a cidade.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Venho hoje a esta tribuna para fazer um relatório pessoal do carnaval de Brasília. Estive diretamente envolvido com o TAC feito pelo Ministério Público para viabilizar a passagem do Galinho de Brasília pelas entrequadras 203 e 204. Depois de muito desgaste, muita discussão durante todo o ano, se o Galinho de Brasília sairia ou não, se passaria ou não dentro das entrequadras, chegamos à conclusão de que deveria passar, mas foi tirada a concentração de dentro da quadra, e foi criado um TAC para que se desse total apoio e segurança àquela comunidade que ali reside, que seriam as principais pessoas prejudicadas.

Então eu queria agradecer ao Dr. Leonardo Bandarra e ao Dr. Paulo Leite pela confecção desse TAC; queria agradecer e parabenizar todos que estiveram envolvidos, como o nosso Presidente da Brasiliatur, Deputado Rôney Nemer; o Secretário de Segurança, Sr. Valmir Lemos; a nossa Administradora de Brasília, Sra. Ivelise Longhi. Quero parabenizar também o Cel. Cerqueira, Comandante da PM; o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	23

Sr. Divino Dias, do SLU; o Sr. Georgiano Trigueiro, da AGEFIS. Ressalto que estive lá nos 2 dias em que o Galinho desfilou por dentro das quadras e todas essas pessoas estiveram lá pessoalmente, todos acompanharam o desenrolar de toda a situação e, graças a Deus, não tivemos nenhum problema que possa ser relacionado ao Galinho de Brasília ou à comunidade.

Acho que tivemos muitos problemas no carnaval em outros setores, mas exatamente onde temíamos que houvesse uma situação mais grave, foi, graças a Deus, tudo de acordo e da melhor forma possível. Queria também parabenizar, em nome da Sra. Eliete e do Sr. Artur, todos os Prefeitos Comunitários daquelas quadras, que também defenderam, juntamente com as lideranças, os interesses daquela população e daqueles moradores. Eu não poderia deixar de agradecer os organizadores do Galinho de Brasília, o Sr. Romildo e o Sr. Franklin, e todos os participantes que cumpriram o TAC e realmente não trouxeram nenhum tipo de problema. Acho que, com a boa vontade que houve e com a sabedoria apresentada por todos, Brasília teve um desfile do Galinho de Brasília dentro das entrequadras que não trouxe nenhum tipo de dissabor a ninguém da nossa comunidade.

Fico feliz e me sinto com a tarefa cumprida. Acho que, desde o dia em que fui chamado por aquela comunidade e a defendi, eu só realmente pude descansar após a última pessoa sair daquelas quadras sem deixar nenhum problema para ninguém. Então eu gostaria de agradecer a todos que participaram deste TAC.

Aproveito o ensejo, já que estamos falando de carnaval, para dizer que estive também no Ceilambódromo e realmente as escolas de Brasília progrediram, cresceram muito. Quero parabenizar o Governador Arruda por ter investido mais um pouco no carnaval de Brasília. Mas não poderia deixar de registrar aquela situação que apresentei aqui no fim do ano passado, Deputado Geraldo Naves: o carnaval de Brasília deve retornar para dentro do Plano Piloto. Com todo o respeito que tenho pela Ceilândia, mais uma vez vimos escolas sacrificadas, que tiveram de sair de Planaltina, de Sobradinho ou do Gama para se deslocar até muito longe, onde é o Ceilambódromo hoje.

Dizem que o samba traz cultura e turismo para nossa cidade. Realmente, concordo. Então, tudo que é cultura deve ser dentro do Plano Piloto, onde há acesso de todos da comunidade, e não em um ponto extremo, mais longe, para que as pessoas que venham de fora assistir ao Carnaval de Brasília tenham de se deslocar até a Ceilândia. Fica aí a reivindicação. Peço também ajuda dos nobres pares para que tragamos o Carnaval de novo para o Plano Piloto. É o pedido de todas as escolas de samba. Eu tenho o abaixo-assinado, e todos os presidentes das escolas fazem essa reivindicação ao nosso Governador. Fica aqui o meu pedido ao Presidente Leonardo Prudente: compre essa briga conosco em nome do Carnaval de Brasília.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, ocupo esta tribuna rapidamente apenas para parabenizar o Governo do Distrito Federal.

Não é segredo para ninguém que, antes de ocupar a cadeira na Câmara Legislativa do Distrito Federal, eu coordenava um projeto, no âmbito do Governo do Distrito Federal, chamado Tendas Culturais, que tem por objetivo levar escolas artísticas para as cidades do DF, sobretudo as mais carentes. Trabalhamos um ano e meio neste projeto, e, na última semana, em substituição ao meu nome, o Governador José Roberto Arruda nomeou meu amigo e ex-coordenador da Via Sacra de Planaltina, o Sr. Preto Rezende.

O Sr. Preto coordenará esse projeto, e eu gostaria de parabenizar o Governo pela acertada decisão. É um nome da cultura: ator, diretor, foi coordenador da Via Sacra por muitos anos, e realmente foi uma belíssima escolha, haja vista que o Sr. Preto milita nesta área há muito tempo. Esses projetos são extremamente valiosos. Nossa querida Líder, a Deputada Eurides Brito, dirigiu durante um bom tempo o projeto de erradicação do analfabetismo, de forma que são projetos que merecem nossa atenção e apoio. Creio que a nomeação do Sr. Preto Rezende dará prosseguimento a essas escolas, que em breve estarão funcionando em todo o Distrito Federal.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falo agora nos Comunicados de Parlamentares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	25

Saiu no Carnaval, Deputado Batista das Cooperativas? V.Exa. foi ao Pacotão? O Deputado Raad Massouh foi? O Deputado Rogério Ulysses deveria estar aqui, porque S.Exa. elogiou o bloco do Pacotão com o tema da Sra. Dilma Rousseff. O jornalista Cláudio Humberto publicou hoje o seguinte: "Cargos públicos esvaziaram o Pacotão". Pacotão, só bagunça fizeram. Esvaziaram, Deputado.

"Apenas mil foliões saíram este ano no irreverente bloco Pacotão de Brasília." Já foi ótimo o bloco Pacotão. "Em 2008, foram cinco mil. O esvaziamento é proporcional à distribuição de cargos à esquerda". Deputada Erika Kokay, está aqui no jornal de hoje: distribuição de cargos. Estão afirmando: "que criou o bloco para ridicularizar o poder, desde o regime militar. Como o tema do ano foi a candidatura de Dilma Rousseff, os militantes passaram longe. Se o Governo Lula criar mais um ministério, em 2010 o Pacotão corre o risco de nem sair às ruas."

O jornalista Cláudio Humberto publicou isso hoje. Sim, senhor, um jornalista de credibilidade. Ele deveria escrever mais sobre as ações do Distrito Federal. Olha, eu só li isso aqui por uma simples razão: o Distrito Federal é a Capital do Brasil. Entendo que aqui temos de servir de exemplo. Às vezes, eu fico um pouco chateado quando ouço notícias tal qual a que a rádio *CBN* noticiou afirmando que não estaríamos trabalhando no dia de hoje.

Sr. Deputado José Antônio Reguffe, preste atenção, porque eu presto muita atenção quando o senhor está falando. O Deputado Cláudio Abrantes é novo aqui. Faça o favor de prestar atenção também porque o senhor é um policial atento.

A rádio *CBN* noticiou hoje que nós não estaríamos trabalhando porque os Deputados Federais não estão trabalhando. Eu quero dizer que este é um Poder totalmente diferente do outro. Não tem nada a ver. Agora, o que me deixa triste é ver pessoas que estão aqui, que dependem do Distrito Federal, dependem totalmente da Capital, não defenderem a nossa cidade.

Fiquei muito feliz em ouvir o pronunciamento do Deputado Chico Leite e o do Deputado Cabo Patrício também, defendendo o trabalho dos Deputados desta Casa, que é exaustivo. Inclusive, no final do ano passado, o Deputado José Antônio Reguffe só saiu daqui quando a coruja já não piava, só o sabiá cantava, já de manhã.

Quando eu vejo um Alexandre Garcia dizer que isso aqui é uma ilha da fantasia, eu fico triste, porque ninguém fala o quanto ele ganha ou deixou de ganhar. Ele fica batendo em verba de gabinete, mas não apresenta o holerite dele, o contracheque. Ah, mas ele não é funcionário público! Mas ele tentou. Tentou! Tentou ser, mas não conseguiu. Agora, fala para mim que ele não tentou! Tentou prestar concurso para a Caixa Econômica Federal, tentou não sei o quê, mas não passou.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Vou conceder mais um minuto a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO GERALDO NAVES – Só? O Deputado Brunelli, quando fala aqui, fala dez minutos e a Deputada Erika Kokay também, e de minuto em minuto vão somando.

Então, quando a gente está falando que vê determinadas coisas, não adianta. Eu quero ver o cidadão fazer um trabalho bonito aqui, responder, estudar, prestar atenção, sair, pedir votos, conseguir ouvir os anseios do povo. Por que a *TV Globo* não abre suas portas para o povo que reclama, para filhos desaparecidos?

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. vai falar agora? Vai, não é? Eu chamo a atenção para o que vai falar o Deputado Cabo Patrício. Chamo a atenção. Evidentemente, S.Exa. vai falar sobre segurança pública.

Deputado Cabo Patrício, nós vimos nesse final de semana notícias de 5 homicídios durante o carnaval, 7 homicídios durante o carnaval, 10 homicídios no carnaval. A interrogação é: será que está funcionando direito – V.Exa. é oriundo da força – a comunicação da Polícia Militar do Distrito Federal? Está funcionando direito a comunicação da Polícia Civil? Ou a imprensa está sendo mal informada ou não está pegando as notícias direito. Ou a Secretaria que foi criada com o Deputado Raimundo Ribeiro na época não informava e participava direito? São perguntas que a gente se faz.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade me inscrevi para falar. Como disse o Deputado Milton Barbosa, há muito tempo eu não fazia um pronunciamento, em função de há muito tempo não termos sessão nesta Casa com oportunidade de fazermos algumas intervenções.

O Deputado Rogério Ulysses foi feliz em dizer que o carnaval de Brasília foi bem planejado. O Deputado Rôney Nemer, que hoje está na Brasiliatur, fez um excelente trabalho com os recursos da sua pasta e, nos locais de folia, não tivemos índices de violência e nenhum incidente grave. Mas isso não é reflexo no Distrito Federal como um todo.

Fico feliz em ver o Deputado Geraldo Naves, Líder do Democratas, partido do Governador e do Vice-Governador, como S.Exa. mesmo disse, vir aqui questionar a política de segurança pública do DF, o que é verdade. Nós tivemos na semana passada um posto policial incendiado na QE 38 do Guará. Nós tivemos 10 homicídios durante o carnaval.

Talvez, como disse o Deputado Rogério Ulysses, o carnaval foi bem planejado, mas a segurança pública não é planejada no Distrito Federal. Não existe uma política de segurança pública. O que existe é uma política eleitoreira, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	27

Geraldo Naves, uma política eleitoreira de postos policiais em que o policial fica estático. Para cada posto inaugurado pelo Governador José Roberto Arruda, uma viatura ou duas motos policiais, com dois policiais por turno que faziam o policiamento, ficam parados vigiando a instalação do posto policial. Não podem sair para atender a ocorrência, porque senão queimam ou depredam os postos. Eles ficam ali e a sociedade fica à mercê.

O Secretário de Segurança Pública – que é quem tinha de fazer o planejamento – é, na verdade, uma rainha da Inglaterra. Saiu uma rainha da Inglaterra, que era o General, e entra a nova rainha da Inglaterra, que não decide nada, não planeja nada. Mudou uma rainha por outra. Foi o que o Governador Arruda fez.

A violência só aumenta e quem continua pagando o preço é a sociedade do Distrito Federal. Não existe uma polícia de prevenção nem um planejamento. Dez homicídios podem parecer que não é nada. E as pessoas que estão perdendo a vida estão entrando onde? Nas estatísticas da violência pública. O Secretário diz que não tem como prever porque os homicídios envolvem álcool ou droga. Mas quase todos os homicídios, quase todos os delitos envolviam arma de fogo. Por que as pessoas estão portando arma de fogo? Porque os policiais, principalmente os policiais militares que tinham que ter condição de fazer o policiamento preventivo num raio de ação de cobertura que não fosse o posto policial, nas viaturas e nas motocicletas, estão vigiando os postos policiais que são uma política eleitoreira do Governo Arruda. Essa é a verdade. Então, as pessoas perdem a vida em detrimento de uma política de segurança pública, Deputado Bispo Renato. Essa é a verdade.

E aí, os números. Um veículo de comunicação coloca 5 e o outro, 10. Na verdade, se nós pegássemos os dados registrados no CIADE, seriam muito maiores esses números, com toda a certeza. É por isso que vou apresentar nesta Casa um requerimento pedindo informações de todas as ocorrências policiais que transitam no CIADE, até porque a Polícia Militar é responsável por 80% das ocorrências policiais do Distrito Federal. E as ocorrências vão continuar a aumentar, os delitos vão aumentar. Infelizmente, vamos continuar a perder vidas no Distrito Federal se o Governo não tomar uma atitude enérgica, efetiva, de dar segurança pública para o cidadão.

Diz-se que não há dinheiro para isso nem para aquilo, que a arrecadação diminuiu. Desculpa! Como é que a arrecadação diminuiu, se o Fundo Constitucional não tem nada a ver com a crise? A crise vai interferir no Fundo Constitucional, Deputado Milton Barbosa, em 2010, já que em 2009 houve correção e o Governo local já recebe as parcelas corrigidas. A arrecadação de ICMS, que o Governo abriu mão de receber em dezembro de 2008, vai ser recebida a partir de março deste ano; a receita do IPTU, IPVA e dos outros impostos também começa a ser recebida em março. E aí usa o discurso falacioso, diga-se de passagem, de que não há recursos em função da crise.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	28

Deputado Milton Barbosa, V.Exa., que é oriundo da Segurança Pública, nós vamos ter que usar esta tribuna todos os dias para denunciar as mazelas da Segurança Pública, sejam na Polícia Civil, na Polícia Militar, no Corpo de Bombeiros, sejam no DETRAN, até porque a caixa-preta do DETRAN, se formos entrar nesse tema, até hoje não foi aberta. O Governador prometeu na campanha, mas até hoje não cumpriu, diferentemente da implementação dos postos policiais, que ele tem implantado diuturnamente. Só quero dizer que vamos cobrar. E vou cobrar diariamente, mesmo não tendo ficado na Comissão de Segurança. O Governo tem que fazer o seu dever de casa, Deputado Geraldo Naves. V.Exa., que é Líder do DEM, veio aqui falar justamente dessa questão.

O Governo Federal, Governo do Presidente Lula, repassa recursos para o DF como nunca se repassou na história de Brasília. Nunca antes – como diz o Presidente Lula – na história de Brasília, repassou-se tanto recurso para o Distrito Federal. Onde estão os recursos? A minha Líder veio aqui dizer que as empresas que fizeram as obras no Bezerrão não receberam, mas obras de faturas até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), porque o restante das faturas, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), foi pago, não houve nenhum problema.

Então, vim aqui fazer um discurso, Deputado Milton Barbosa, a respeito da Segurança Pública. V.Exa. cobrou, e muito bem, que temos de ser solidários com as famílias que perderam seus entes queridos durante o carnaval. Em função de uma festa, acaba que não há uma repercussão. É importante deixar claro que o Governo não cumpre o dever de casa na sua maior responsabilidade, que é preservar a vida de todo cidadão do Distrito Federal – o bem maior que cada um tem, Deputado Geraldo Naves. O DEM – Democratas, partido do qual o Governador faz parte, deveria prezar pela vida e não pelas obras. S.Exa. se elegeu Governador dizendo que iria abrir mão das obras em função da humanização do GDF. Não é isso que estamos vendo.

Por isso, Sr. Presidente, espero que o Governador se sensibilize ao voltar do Rio de Janeiro no domingo, onde foi passar o carnaval, e tome medidas eficazes no combate à violência no Distrito Federal.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa. Logo em seguida, passarei a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria só parabenizar o Deputado Cabo Patrício por ter voltado a falar. Evidentemente que estava calado. Só vou discordar dele em um ponto, no conceito. Não conheço, Deputado, nenhuma mazela na minha instituição, Polícia Civil, nem na sua, nem no Corpo de Bombeiros, que são os órgãos essenciais do sistema de Segurança Pública. Evidentemente, faltam políticas que devem correr paralelamente à política de segurança. Polícia nenhuma no mundo consegue evitar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	29

violência se não houver outras políticas sociais eficientes para ocupar as pessoas e dar dignidade e cidadania a elas.

Aliás, lembro-me bem de que, em 2007, Sr. Presidente, alguns Deputados foram à Colômbia, Medelin, para lá verificar como funciona o sistema de segurança pública. Aliás, alguns governadores também foram. Eu lhes digo que não precisava ninguém ir lá porque constataram que lá são empregados investimentos maciços na área social, em políticas públicas sociais, que andam paralelamente à política de Segurança Pública. É por isso que o sistema dá certo. Não é somente em Brasília. É no Brasil todo que o sistema está desta forma.

Os integrantes da Segurança Pública de Brasília são da melhor qualidade. Eu conheço todos eles e sei que as instituições estão fazendo o que podem. Mas, como eu disse, da forma como as coisas são conduzidas, sem que a política social pública efetiva ande junto com a política de segurança, ninguém irá sair do “molhado”. Só para dar um exemplo, em Ceilândia, na 15ª Delegacia de Polícia, no ano passado, pasmem os senhores, só em uma delegacia, houve 20 mil ocorrências. Todas as ocorrências, ou seja, 60% das ocorrências das mãos da Polícia Militar caem no balcão de uma delegacia para depois irem para a Justiça. Aí, vamos especular sobre a impunidade. Por onde começamos? Não é culpa do Judiciário, não é culpa do Ministério Público, não é culpa da Polícia. É culpa de um todo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sou obrigado a concordar com o Deputado Milton Barbosa, mas sou obrigado a discordar do Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa. Eu gostaria de pedir ao Deputado Cabo Patrício que, quando mencionasse o Governo do DEM, o fizesse com um pouco mais de respeito. Hoje nós conversamos sobre a informação da comunicação das Polícias Civil e Militar. Não estamos falando sobre a área de Segurança Pública, nem da ação de Governo em si.

Eu concordo com o Deputado Milton Barbosa quando disse que temos a melhor Polícia Civil do País, senão da América Latina, a melhor Polícia Militar e a melhor Corporação de Corpo de Bombeiros. Em termos de Segurança Pública, Brasília não fica devendo nada a ninguém. Quando falamos de Governo Federal, aí é outra coisa. O Governo Lula está fazendo, eu já falei sobre isso aqui, e como disse o Senador Jarbas Vasconcelos, a maior compra de votos do mundo, com o partido que lançou o projeto de combate à fome, ou seja, estimulando o cidadão a receber uma cesta básica.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	30

Agora, não vamos falar do que o Governador está fazendo. Não venham falar que o Governo Federal repassou "x" de recursos. Cadê os recursos? Para onde eles foram? Se estão falando, têm que controlá-los. Eles repassaram tanto para quem? Agora, dizer que o Governo Arruda não tem que fazer obra? Eu já falei sobre isto no pronunciamento do Deputado Reguffe: candidate-se e se eleja como governador e dite o que irá fazer.

Mas até então V.Exa., Deputado Cabo Patrício, Vice-Presidente desta Casa, tem um bom relacionamento com o Governador Roberto Arruda. V.Exa. é amigo pessoal de S.Exa. V.Exa. fez campanha lado a lado do Governador Arruda. V.Exa. está sempre almoçando com S.Exa. V.Exa. é um grande amigo, um aliado de primeira hora. S.Exa. conta com V.Exa. na Segurança Pública. S.Exa. deu lotes aos policiais, atendendo um pedido de V.Exa.; V.Exa. tira foto ao lado dele. Outro dia estávamos juntos no aniversário do Vice-Governador, Paulo Octávio. V.Exa. estava lá com o Governador Arruda! Eu estava ao seu lado, abraçando o nosso Governador. Não entendo o porquê desses rompantes, dessas questões de V.Exa., que expressa aqui: "O Governador é incompetente". Não sei se isso é uma missão ou se aquele povo do Vale do Ribeiro liga e diz que tem de falar isso hoje.

Então, eu não entendo muitas coisas sobre política, principalmente a do Partido dos Trabalhadores. Por isso, faço esta pergunta, porque perguntar não ofende: "O que é barra pesada para o senhor, meu amigo"?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que entremos na Ordem do Dia. Aqui muito foi falado que houve prenúncio de que não iríamos votar hoje. Parece que as pessoas que mais se sentiram atingidas e que têm crise de existência ora pinçam alguma coisa dessa mesma imprensa e transformam em coisa sua, ora criticam.

Precisamos votar. Já temos acordo, já conversamos com a Líder do Governo para começarmos a votação pelo Item nº 6 da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Portanto, vamos dar início ao processo de votação.

Antes, porém, sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 38, de 06/03/2009, juntamente com a ata sucinta da 10ª Sessão Ordinária.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	31

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inversão da pauta para que possamos votar primeiramente o Requerimento nº 1.401, de 2009, item extrapauta, sobre a realização de audiência pública para tratar da questão do Cine Itapuã do Gama, na segunda-feira próxima, dia 2.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Como não há objeção do Plenário, incluo o requerimento na Ordem do Dia, como primeiro item da pauta.

Antes, porém, encerro os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.401, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “requer a realização de audiência pública no dia 2 de março de 2009, às 15h, para tratar da questão da recuperação, preservação e manutenção do Centro Cultural Itapuã, situado na Praça 1, Cine 1, do Setor Leste do Gama, Região Administrativa do Gama – RA II, a realizar-se no auditório da Administração Regional do Gama”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Esta Presidência informa que iremos priorizar as votações dos projetos que já estiverem com a tramitação concluída. Esses projetos vieram do final do ano passado, são projetos de autoria dos Deputados que não foram aprovados. Após a apreciação dessas matérias, os Deputados poderão encaminhar à Assessoria de Plenário mais um projeto de cada Parlamentar. E, reiterando, será dada prioridade àqueles que estiverem com a tramitação concluída.

Item nº 6:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.977, de 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “altera o art. 1º da Lei nº 1.723, de 15 de outubro de 1997, que dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	32

espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no Distrito Federal e dá outras providências”.

Relatores: Deputado Brunelli - CDDHCEDP
Deputado Rogério Ulysses - CCJ

Informo que esse projeto recebeu uma emenda do próprio autor.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato para emitir parecer sobre a Subemenda Modificativa nº 1.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se da Subemenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.977, de 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “altera o art. 1º da Lei nº 1.723, de 15 de outubro de 1997, que dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito desta comissão, somos pela aprovação da Subemenda Modificativa nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a Subemenda Modificativa nº 1. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Subemenda Modificativa nº 1 ao substitutivo do Projeto de Lei nº 1.977, de 2005, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “altera o art. 1º da Lei nº 1.723, de 15 de outubro de 1997, que dispõe sobre a reserva de assentos para pessoas obesas em espaços culturais, salas de projeções e veículos de transporte coletivo no Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	33

Somos pela admissibilidade, na forma da subemenda. Acatamos a subemenda, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Subemenda Modificativa nº 1. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar uma inversão de pauta para que o Item nº 18 seja votado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Acato o pedido de V.Exa., mas informo que esse projeto não tem parecer. Apreciaremos também esses projetos. Porém, conforme critério adotado, votaremos primeiramente os projetos dos Deputados presentes no plenário com tramitação concluída; em seguida, votaremos os que não têm parecer, mas somente dos Deputados que se encontram presentes. Se houver tempo hábil, nós votaremos os projetos dos Deputados ausentes, mas primeiramente haverá prioridade para o projeto de V.Exa., Deputado Raad Massouh.

O Item nº 4 ainda não tem parecer. Poderá ser votado hoje – não há nenhuma dificuldade –, mas vamos terminar a lista dos que têm tramitação concluída, até para que possamos estimular a tramitação nas comissões.

Item nº 9:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	34

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 411, de 2007, de autoria da Deputada Jaqueline Roriz, que "institui a política de prevenção e atendimento à gravidez na adolescência no âmbito do Distrito Federal".

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 10:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 483, de 2007, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "dispõe sobre a proibição da queima de restos vegetais e lixo no território do Distrito Federal".

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 720, de 2008, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de carros reservas na quantidade de 10% sobre frota de ônibus de cada cidade do Distrito Federal, para troca imediata, quando ocorrer qualquer quebra em perímetro urbano, e dá outras providências".

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Está aprovado com a presença de 13 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	35

A matéria segue a tramitação regimental.

O Item nº 20 não tem parecer. Votamos, inicialmente, aqueles projetos de autoria dos Deputados presentes e com tramitação concluída. Agora votaremos aqueles de autoria dos Deputados presentes, com tramitação não concluída.

Item nº 4:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.798, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares”.

Relatores: Deputado - CES
Deputado - CCJ

Foi apresentado um substitutivo ao projeto.

A Presidência designa o Deputado Cabo Patrício para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cabo Patrício, que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde ao substitutivo apresentado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.798, de 2005, de autoria do Deputado Brunelli, que “dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação de selo higiênico reciclado em latas de alumínio de cervejas, refrigerantes, sucos e similares”.

A Relatoria é da Deputada Erika Kokay, que é pela admissibilidade do referido projeto na Comissão de Educação e Saúde.

É o parecer, Sr. Presidente.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tenho novas informações sobre o mérito desse projeto e me parece que são extremamente importantes de serem consideradas. Não obstante eu ter dado o parecer ao substitutivo, eu gostaria de pedir vista do projeto, face às novas informações que tenho, que apontam que ele não tem como ser considerado favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo 15 minutos de vista a V.Exa. Enquanto isso, votaremos os demais projetos

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	36

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto não está em regime de urgência. Por isso, solicito vista até a próxima sessão ordinária. Não há por que conceder apenas 15 minutos de vista.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo vista do projeto a V.Exa. e informo ao Deputado Brunelli que ele será o primeiro item da Ordem de Dia de terça-feira.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou com um projeto de 2005 que está tramitando nesta Casa. Ele estava na Comissão de Educação e Saúde e foi entregue à Deputada Erika Kokay no dia 21 de junho de 2006. Sr. Presidente, depois de muita discussão, no dia 31 de outubro de 2008, o parecer ficou pronto, depois de 3 anos.

Já que foi dirimida essa situação, eu gostaria que V.Exa. desse mais atenção a essa questão do processo legislativo. É um processo significativo e importante. Estamos aqui para cuidar dos interesses da população. Hoje protocolei um ofício que trata de alguns projetos que estão parados em outras comissões e espero que V.Exa. e os colegas Parlamentares dêem uma atenção especial a ele.

A Deputada Erika Kokay me enviou um ofício e tinha um projeto sobre o Dia do *Gay* aqui em Brasília. S.Exa. me mandou um ofício interessante, que fala sobre o Regimento Interno da Casa, sobre responsabilidades, enfim, uma série de situações que vou resgatar. Também vou colocar algumas questões de mérito na próxima terça-feira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Brunelli, aproveitando as colocações feitas por V.Exa., peço também aos Deputados que solicitem à Presidência qualquer projeto que porventura esteja parado em alguma comissão desta Casa. Esta Presidência não será implacável, Deputado Milton Barbosa, mas será rigorosa na tramitação dos projetos nas comissões.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quando instada pelo Deputado Brunelli, coloquei a S.Exa. as razões que tinha para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	37

elaborar o parecer. Hoje, não tenho nenhuma dúvida em função das novas informações prestadas pela Assessoria Legislativa desta Casa.

Aqui temos o laudo do Instituto de Criminalística Carlos Éboli, temos o laudo do Laboratório Central Noel Nutels. Nós temos laudo do eminente biomédico Eneo Alves da Silva Júnior, que diz que lacres não asseguram. Primeiro, dizem que não há, necessariamente, nenhuma comprovação de que a exposição, sem lacre, das bebidas em lata provoque qualquer proliferação de microorganismo. Ao contrário, como o lacre é de fácil rompimento, poderia sim provocar a proliferação de microorganismo. Esse processo já resultou até um inquérito policial em São Paulo, um inquérito policial! Temos inclusive o laudo da perícia policial de São Paulo, que atesta que não há comprovação nesse sentido.

Então, não há como eu considerar um parecer que foi favorável. Há um substitutivo do Deputado Wilson Lima, que eu gostaria de conhecer para saber se ele contempla isso. Nesse período nós também recebemos uma denúncia – creio não ser verdadeira, mas não podemos descartá-la – de que haveria poucas empresas que produzem esse lacre e que, portanto, poderia haver uma intenção – que, obviamente, não é do Deputado Brunelli, tenho certeza disso –, um processo de favorecimento de umas empresas.

Por isso, Sr. Presidente, eu tinha colocado que este projeto guarda polêmica e deveríamos promover uma discussão inclusive com o autor do projeto para dirimir todas as dúvidas. Não foi assim, ele foi colocado em votação. Estou solicitando vista, quero conhecer o substitutivo, quero conhecer quantas empresas produzem esse selo, para que não tenhamos aqui qualquer tipo de suspeição. O que, tenho certeza, prejudicará o próprio Deputado Brunelli se isso realmente for verdadeiro – não sei se o é. Mas sendo verdadeiro – não tenho elementos para dizer que é ou para dizer que existem apenas poucas empresas ou uma empresa que produz esse selo –, será prejudicial para o próprio Deputado Brunelli.

É em defesa, inclusive desta Casa e do Deputado, que estamos pedindo vista. Houve tanta demora. Este projeto já foi aprovado pela Casa em outra ocasião e foi considerado inconstitucional. O veto foi mantido porque ele versa sobre comercialização, o que fere as iniciativas desta Casa. São esses os argumentos que estão postos de forma absolutamente clara para que possamos analisá-los, a fim de nos posicionarmos na próxima terça-feira.

DEPUTADO WILSON LIMA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, entrei no mérito da questão. Discuti nos Comunicados de Líderes – a Deputada Eurides Brito e o Deputado Benício Tavares até me cederam espaço – justamente sobre esse lacre.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	38

Acontece que isso não resultou apenas inquérito policial, não. O Tribunal de Justiça já entrou na questão e decidiu a favor do lacre na lata, lá em São Paulo. O Tribunal de Justiça definiu que era inverdade o que as empresas estavam tentando fazer. O parecer dado a V.Exa. era enganoso, era propaganda enganosa. O Tribunal de Justiça assim considerou e deferiu a favor da comercialização do produto com o selo higiênico.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. pode pesquisar, isso já está na internet. O Tribunal de Justiça já deferiu a respeito do assunto.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Peço aos Deputados, já que a matéria será colocada na pauta da sessão de terça-feira, que discutamos o assunto na terça-feira e prossigamos com a Ordem do Dia.

Item nº 8:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 251, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “institui o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano”.

Relatores: Deputada Erika Kokay - CES
Deputado - CCJ

Solicito à Deputada Eurides Brito que emita parecer da Comissão de Educação e Saúde sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação ao Projeto de Lei nº 251, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “institui o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano”.

O projeto procura valorizar a questão da segurança no trabalho, já que a Organização Internacional do Trabalho instituiu o dia 28 de abril como o Dia Mundial da Segurança e da Saúde no Trabalho. O autor pretende com o projeto dar repercussão no Distrito Federal a essa data. Alguns Estados já admitiram essa comemoração em seus calendários e S.Exa. procura fazer o mesmo no Distrito Federal. O projeto possui apenas um artigo que institui o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano.

Como no mérito se trata de segurança no trabalho, ninguém pode ser contra. Muito pelo contrário, é um assunto que precisa ser difundido, explicado, acompanhado e prestigiado, para que menos acidentes possam ocorrer no Distrito Federal em função de má orientação do comportamento do trabalhador, do usuário, de estudantes, de professores, enfim, de todas as camadas no ambiente de trabalho.

A Comissão de Educação e Saúde encaminha o projeto para aprovação quanto ao mérito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	39

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 251, de 2007, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “institui o Dia da Saúde e Segurança no Trabalho, a ser comemorado no dia 28 de abril de cada ano”.

No âmbito desta Comissão, percebemos que o projeto está de acordo com as iniciativas e prerrogativas desta Casa e de acordo com a constitucionalidade.

Portanto, somos pela admissibilidade no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Faremos a votação pelo processo nominal. Solicitarei ao Primeiro Secretário que faça a chamada dos Deputados porque, salvo melhor juízo, parece-me que estamos perdendo *quorum*.

Peço aos Deputados que se encontram na sala do cafezinho que venham ao plenário para chamada nominal de votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	40

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – A Presidência informa aos Srs. Parlamentares que não há *quorum* para deliberação, pois temos em plenário apenas 12 Deputados presentes.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma falta de respeito, comigo e com V.Exa., ficarmos sozinhos e os Deputados irem embora. Nós temos de ir com eles. O Grande Expediente, para ser completo, tem de contar com a presença de todos os Deputados. Sem a presença dos Deputados, o cidadão não vai entender.

Sr. Presidente, então, quando inaugurarmos de fato o Grande Expediente, nós teremos de fazê-lo de forma a que ele tenha efeito, para que o cidadão não nos censure.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – São necessários seis Deputados presentes para que continuemos.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de parabenizar V.Exa. por ter inaugurado hoje o que eu não acreditava que pudesse acontecer. Mas, Deputado Leonardo Prudente, nós da Mesa Diretora viemos com uma missão, sem nenhum largo de censura a ninguém, nós viemos com uma mensagem nova. Já discutimos, embora não a tenhamos trazido a público.

Srs. Deputados, ficar aqui sem prestar atenção ao que o Parlamentar fala durante o Grande Expediente não adianta.

Então, dizia eu que nós da Mesa Diretora viemos com uma nova missão, para quebrar alguns tabus. Por exemplo: o Presidente não pode se ensimesmar com 2 ou 3 companheiros, e tratar os iguais desigualmente. Eu tenho certeza de que o Sr. Presidente não fará isso porque a Mesa Diretora não foi construída sobre esse fundamento.

Dizia eu aqui, no dia da nossa posse, que nós haveríamos de defender o Parlamento, a Casa. Eu sei que muita gente achou ali que eu falava para defender a Casa, a instituição, em face de algumas práticas com que eu não concordo e com que muitos não concordam, muito menos o cidadão. O eleitor, nunca!

O que nós temos de fazer é melhorar a imagem da Casa com ações positivas, com ações corretas, como começamos a fazer, como V.Exa. começou a fazer, metendo o dedo numa das feridas que a população acha que o Parlamento tem, que é exatamente o gasto exagerado com a máquina, embora saibamos que muitos não concordam.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	42

Quando V.Exa. diz: "Olha, eu vou cortar a maioria dos 57 celulares", eu concordo em gênero, número e grau. Quando eu fui Administrador de Ceilândia, cheguei lá e encontrei 27. Deixei 6, com pessoas que realmente precisavam.

V.Exa., habilmente, empresário que é, sabedor e conhecedor da parte econômico-financeira, já contingenciou muitos milhões. Nem eu, que sou da Mesa Diretora, sei quantificar ainda, mas é correto. Na parte de viagem, V.Exa. deveria deixar apenas 20%, e não 50%.

Eu me referi aqui hoje, apartando o Deputado Cabo Patrício – só não quis dizer que foi S.Exa. e outros –, a que esse dinheiro serviu. Inclusive, serviu para viagens ao exterior, a Medellín, na Colômbia, para saber o que se fazia lá, por que a Segurança Pública era efetiva lá. Gastar dinheiro para isso? Acho que viagem, só em último caso. Só se a viagem vier trazer benefício para a Casa e seus trabalhos. Se não, não tem sentido. Viagem para representar isso, representar aquilo? Conversa! O cidadão, a comunidade não está atrás disso, não!

Defendo também, e torno aqui público na inauguração do Grande Expediente, que se coloquem na internet todas as contas e despesas da Câmara Legislativa. Tem de divulgar, sim! O dinheiro é público, o ato administrativo praticado aqui é público, a começar por aqui, eu falando e os outros ouvindo, aqui e lá, nas suas casas.

Divulgar, como a Câmara dos Deputados vai fazer. V.Exa. me deu testemunho de que não tem nada contra e vai gerenciar: as notas fiscais das despesas, sim. Qual é o problema em colocar na internet, ou ofertar a quem quiser consultar, as notas fiscais com despesas com o mandato? Onde está o medo? Se alguém tem medo, eu não tenho. Se eu fiz uma despesa, está à disposição de qualquer um.

Aliás, eu disse a V.Exa. que imaginei um cenário com um mundaréu de processos de prestação de contas, na primeira reunião que V.Exa. vai fazer, aliás, de forma bem escolhida, com a imprensa. Eu mandava todo mundo consultar. Não tem problema algum. Quem recusa é porque não quer que a quantidade de gastos que fez venha a público ou, perdoe-me, tem medo de alguma inspeção. Eu repito: não tenho. Tenho pouca despesa.

Então, Sr. Presidente, nessa minha estréia aqui no Grande Expediente, parabéns de novo V.Exa. Tem gente que não tem assunto para falar por 20 minutos. Eu tenho, sim. No dia em que eu me propuser a falar no Grande Expediente, eu terei assunto. Eu poderia ficar aqui até a meia-noite conversando.

A nossa Mesa Diretora haverá de dar o exemplo. Temos questões nodais e fundamentais para tratar e nós haveremos de tratá-las de forma aberta. Há a questão do veto ao reajuste dos servidores. Como e quando vamos apreciar essa matéria? Teremos de fazer isso com responsabilidade, para não chegarmos a uma resposta "não", ainda que ela seja do Judiciário e os servidores sejam enganados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	43

Isso tem de ser feito de forma que a verba de gabinete continue a mesma. Ela não tem que aumentar, não. Se juridicamente é permitido ou não, isso eu não sei. Agora, haveremos de estudar a questão.

Também há questões sobre as quais a Mesa Diretora tem que decidir. Elaborei um requerimento na semana passada, antes do carnaval, sobre resoluções nossas que foram consideradas inconstitucionais – e não é só uma, não – pelo Tribunal de Justiça. Elas geram conseqüências na estrutura da Casa. Nós haveremos de dar concretude a essas resoluções. Não vou passar para a história desta Casa como descumpridor de decisão judicial. Haveremos de identificar, com paciência, com responsabilidade, essas resoluções e verificar quais as conseqüências que tiveram para a estrutura da Casa. Na Mesa Diretora, não conheço nenhuma resistência. Pode ser que algo venha a prejudicar momentaneamente certas situações, mas se trata de decisões judiciais que nós, legisladores, não devemos deixar de cumprir imediatamente.

Ouvi falar que a nova sede da Câmara Legislativa, Sr. Presidente, não ficaria pronta até o dia 15 de dezembro, onde seria realizada a última sessão ordinária deste ano. Ouvei várias conversas de que ela não ficaria pronta. Mas acredito na palavra do Governador e na de V.Exa. A nova sede vai ficar pronta, sim. E não ficar naquele ponto de um Parlamentar só ir para lá com o gabinete plenamente instalado, com ar-condicionado, enfim, com todos os penduricalhos. Não. Se ficar pronta a estrutura, tenho certeza de que V.Exa. fará uma escala e contratará uma empresa de mudança para cada gabinete mudar como está. A nova sede foi construída para isso.

Já se consumiu muito dinheiro? Sim. E aí temos de parabenizar o Governador, o Deputado Alírio Neto e V.Exa. O Governador Arruda garantiu o repasse de recursos e está cumprindo até hoje, sem o qual a construção da nova sede estaria mofando e se acabando.

Inaugurando o tempo destinado ao Grande Expediente, quero agradecer e parabenizar o Sr. Presidente por isso. V.Exa. me dá a oportunidade de ver efetivado o que eu achava que não iria acontecer. Agora, é preciso que estejamos aqui ouvindo. O cidadão, o eleitor não entende por que há somente quatro Deputados em plenário. Sempre estão aqui, em grande número, os jornalistas, os assessores.

Quero agradecer a V.Exa. Espero que isso se torne prática, sempre que alguém tiver algo a dizer. Espero que V.Exa. abra o Grande Expediente. Dou-me por satisfeito. Vamos em frente, porque temos muita responsabilidade na direção desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Antes de encerrar, eu gostaria de agradecer o apoio incondicional que tenho tido de V.Exa. na Mesa em relação aos cortes, às reduções, aos enxugamentos que nos propusemos a fazer no exercício desta gestão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
26 02 2009	15h15min	10ª Sessão Ordinária	44

Já solicitei ao Deputado Cabo Patrício, responsável pela Vice-Presidência – a informática está vinculada à sua pasta –, a possibilidade de disponibilizar, na questão da verba indenizatória, as notas fiscais, o CNPJ, todas as informações referentes aos gastos dos Deputados. Solicitei também que todos os procedimentos de compra, todas as licitações, todas as aquisições também sejam disponibilizadas imediatamente na internet para que a população possa acompanhar e conhecer cada centavo que se gasta nesta Casa.

Portanto, são muito bem-vindas as contribuições de V.Exa. e certamente terão todo o amparo e o apoio desta Presidência para implementá-las.

Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu vejo, com a sua explicação, Sr. Presidente, que em agosto passado, não erramos quando chamamos V.Exa. para se articular para ter assento nessa cadeira.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Milton Barbosa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

Tenham todos uma boa noite e um bom final de semana.

(Levanta-se a sessão às 17h56min.)